

disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo.

13 — Audições públicas — Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP o Júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos.

14 — Consulta do processo — Os documentos relativos ao concurso podem ser consultados em www.ess.ipp.pt, no separador “Recrutamento” e em seguida “Concursos-Docentes”. O processo do concurso pode ser ainda consultado pelos candidatos que o pretendam fazer no secretariado da Presidência da ESSJP.Porto, nas horas normais de expediente.

15 — As atas do Júri são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

16 — A composição do Júri é a seguinte:

Presidente: Prof.ª Doutora Maria Cristina Prudêncio Pereira Soares, Professora Coordenadora com agregação, Presidente da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, que será substituída nas suas ausências ou impedimentos pela Prof.ª Doutora Maria Cristina Damas Argel de Melo.

Vogais Efetivos:

Prof.ª Doutora Élia Maria Carvalho Pinheiro da Silva Pinto, Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Alcoitão;

Prof.ª Doutora Maria Cristina Damas Argel de Melo, Professora Coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto;

Prof.ª Doutora Isabel Maria Alves e Menezes Figueiredo, Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;

Prof.ª Doutora Marina Gomes Serra de Lemos, Professora Associada com agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;

Prof.ª Doutora Orlanda Maria da Silva Rodrigues da Cruz, Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

17 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.

18 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade

empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 — O presente edital será divulgado nos seguintes termos:

a) Na 2.ª série do *Diário da República*;

b) Na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte ao da publicação no *Diário da República*;

c) No sítio da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;

d) No sítio da Internet da ESSJP.Porto, www.ess.ipp.pt.

17 de novembro de 2017. — A Presidente, *Prof.ª Doutora Cristina Prudêncio*.

310936801

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extrato) n.º 10795/2017

Por despacho de 28 de agosto de 2017 do Vice-Presidente do IPT — Instituto Politécnico de Tomar:

Luís Miguel Alves de Oliveira — autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Professor Adjunto neste Instituto, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2017.

Relatório final relativo ao período experimental do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em reunião do conselho científico realizada em 24 de julho de 2017, e com base nos pareceres elaborados pelo Professor Adjunto Vítor Dinis Carita de Jesus e pela Professora Adjunta Regina Aparecida Delfino, foi aprovada a manutenção do contrato por tempo indeterminado ao Doutor Rui Manuel Domingos Gonçalves na categoria de Professor Adjunto.

28 de agosto de 2017. — O Vice-Presidente, *Doutor João Paulo Pereira de Freitas Coroado*.

310909423



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA

Aviso n.º 14817/2017

Para os devidos efeitos se torna público que, por inexistência de candidatos à prossecução do mesmo, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 16 de novembro de 2017, foi homologada a cessação do procedimento concursal, aberto pelo aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 151, de 07 de agosto de 2017, para constituição de relação jurídica de emprego público, para preenchimento de 1 posto de trabalho de assistente operacional (pedreiro), do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.

16 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *António Augusto Amaral Loureiro e Santos*.

310936997

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Regulamento n.º 612/2017

Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM)

Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vereador da Câmara Municipal, com competência delegada por deliberação da Câmara Municipal de 9 de março de 2017.

Torna público para efeitos do disposto no artigo 139.º do CPA, aprovado pela Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro que, nos termos da alínea k) do

n.º 1 do artigo 33.º e g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, na sua reunião de 10 de agosto de 2017 e a Assembleia Municipal, na sua sessão de 26 de setembro de 2017, aprovaram a primeira alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM), entrando o mesmo em vigor 5 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente.

30 de novembro de 2017. — O Vereador, *Manuel Vítor Nunes de Jesus*.

Primeira alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais

Preâmbulo

A reforma dos principais diplomas legais aplicáveis às autarquias locais concretizada através da aprovação, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e, pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, determinou a introdução de importantes alterações ao enquadramento jurídico das atribuições e competências das autarquias locais que importa materializar ao nível municipal num regulamento de taxas do município que, de forma sistematizada, clara e precisa agregue, em regra, todas as matérias objeto carecidas de regulamentação.

A reformulação do regulamento de taxas do Município foi levada a cabo com a consciência de que as taxas constituem uma fonte de financiamento importante, mas, sobretudo, com a consciência de que elas constituem um de entre vários instrumentos de que a autarquia

dispõe na prossecução das suas políticas públicas locais, em áreas tão diversas quanto a proteção social, o ordenamento do território, o fomento económico ou a defesa do ambiente.

Porém, volvidos alguns meses sobre a data de entrada em vigor do Regulamento Geral de Taxas Municipais, o executivo municipal recebeu dos diversos serviços informação sobre algumas dificuldades e algumas sugestões para se proceder modificações ao respetivo articulado e a algumas das rubricas da Tabela Geral de Taxas Anexas, tendo sido decidido promover algumas alterações de pormenor ao diploma regulamentar aprovado, designadamente no que diz respeito ao desagravamento substancial do montante devido a título de compensações de Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas cujos montantes elevados impediam, comprovadamente, a criação de emprego e o desenvolvimento de algumas atividades económicas no concelho.

Indica-se, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 136.º do novo Código de Procedimento Administrativo, que a competência subjetiva e objetiva para a emissão do presente diploma regulamentar se encontra prevista no seguinte conjunto de diplomas legislativos, os quais se procura também regulamentar:

a) Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2105, de 7 de janeiro;

b) Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, alterada pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro;

c) Princípios e as regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho;

d) Regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e de inspeção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto;

e) Regime dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

f) Regime excepcional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de setembro, alterado pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, pela Lei n.º 10/2008, de 2 de fevereiro, pela Lei n.º 79/2013, de 26 de novembro e pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho;

g) Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 04 de setembro, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;

h) Regime Geral das Contraordenações e Coimas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;

i) Regime Geral das Infrações Tributárias aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, alterado pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro; pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro;

j) Regime Jurídico aplicável às construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

k) Regime Jurídico Aplicável às Redes e Serviços de Comunicações Eletrónicas aprovado pela lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro;

l) Regime Jurídico da afixação de mensagens publicitárias e de propaganda eleitoral aprovado pela Lei n.º 97/98, de 17 de agosto, alterado pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

m) Regime Jurídico da atividade de guarda-noturno, aprovado pela Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto.

n) Regime jurídico da construção e polícia dos cemitérios aprovado Decreto n.º 44 220, de 3 de março de 1962, pelo Decreto n.º 45 864, de 12 de agosto de 1964, pelo Decreto n.º 463/71, de 2 de novembro, pelo Decreto n.º 857/76, de 20 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 168/2006, de 16 de agosto;

o) Regime Jurídico da ficha técnica de habitação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março;

p) Regime Jurídico da instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro;

q) Regime Jurídico da instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculo e de divertimento público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;

r) Regime Jurídico da instalação e o funcionamento dos recintos itinerantes e improvisados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro;

s) Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro;

t) Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

u) Regime Jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres aprovado pelo Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 5/2000, de 29 de janeiro, e 138/2000, de 13 de julho, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro;

v) Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio;

w) Regime Jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro;

x) Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 13/2000, de 20 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, pela Lei n.º 18/2008, de 20 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 2 de outubro;

y) Regime Jurídico das acessibilidades aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

z) Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;

aa) Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro;

bb) Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração aprovada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

cc) Regime Jurídico do acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, alterado pela Lei n.º 156/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 106/2001, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de março, pelo Decreto-Lei n.º 4/2004, de 6 de janeiro, e pela Lei n.º 5/2013, de 22 de janeiro;

dd) Regime Jurídico do Acesso e Reutilização dos Documentos Administrativos aprovada pela Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro;

ee) Regime Jurídico do exercício da atividade pecuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio;

ff) Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias e respetivas competências, aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

gg) Regime Jurídico do licenciamento de áreas de serviços a instalar na rede viária municipal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro;

hh) Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização de Atos e Atividades sujeita a Controlo Prévio das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 51/2015, de 13 de abril;

ii) Regime Jurídico do licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, e pela Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro;

jj) Regime Jurídico do Património Imobiliário Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

kk) Regime Jurídico do Sistema da Indústria Responsável aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio;

ll) Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho e alterado pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho;

mm) Regime Jurídicos das Práticas Individuais Restritivas do Comércio aprovado pela Lei n.º 166/2013, de 27 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2015, de 8 de outubro;

nn) Regime Simplificado de Instalação e Funcionamento de Atividades Económicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

O projeto de regulamento foi, nos termos do quadro legal aplicável, submetido a um período de discussão pública antes da sua aprovação definitiva pelos órgãos municipais.

Assim:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, para valer como regulamento com eficácia externa, o seguinte:

Diploma Preambular

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente diploma regulamentar procede à aprovação da primeira alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM), publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho.

2 — O Regulamento Geral de Taxas Municipais e os respetivos anexos, com as alterações agora introduzidas, são integralmente republicados em apenso ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Alterações e atualizações ao valor das taxas

1 — A percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município é aprovado anualmente até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

2 — Os valores das demais taxas não referidas no número anterior podem ser atualizados anualmente em correspondência com a taxa de inflação por determinação constante do orçamento anual aprovado pela assembleia municipal.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o orçamento anual determinará a atualização, logo que seja divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística o índice de preços no consumidor dos últimos doze meses reportados ao mês de dezembro do ano anterior, aplicando-se a taxa de atualização às quantias que tenham sido fixadas pelo último diploma regulamentar aprovado, ou, quanto aplicável, às quantias resultantes da última atualização anual em correspondência com a taxa da inflação.

4 — O presidente da câmara municipal, de molde a simplificar a gestão das operações de tesouraria, pode determinar por simples despacho, o arredondamento das quantias resultantes da última atualização efetuada à dezena de unidade de cêntimo, a fazer por excesso quando a segunda casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

5 — A faculdade de arredondamento a que se alude no número anterior não é aplicável às taxas que sejam fixadas com valores percentuais e às taxas que são fixadas com mais de três casas decimais.

6 — Aos valores obtidos por arredondamento não podem ser atualizados anualmente em correspondência com a taxa de inflação, devendo a taxa de atualização incidir antes sobre as quantias resultantes da última atualização anual antes de realizada a operação de arredondamento.

7 — O presidente da câmara municipal pode ainda fazer aprovar por simples despacho, em face da existência de alterações legislativas ou regulamentares supervenientes à entrada em vigor do presente diploma regulamentar, tabelas de equiparação de atos e atividades que não impliquem alterações de natureza substancial ao Regulamento Geral de Taxas Municipais.

8 — A aprovação das alterações anuais aos valores das taxas, dos respetivos arredondamentos e de tabelas de equiparação de atos e atividades obriga sempre elaboração de novas tabelas consolidadas contemplando as respetivas modificações e à sua publicação de acordo com as formas de publicidade que são exigidas na lei para as decisões destinadas a ter eficácia externa dos órgãos das autarquias locais e dos respetivos titulares.

9 — A criação ou modificação de isenções, totais ou parciais, das taxas fora dos casos já previstos no Regulamento Geral de Taxas Municipais exige uma modificação do mesmo regulamento acompanhada da fundamentação prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

10 — A alteração do valor das taxas que seja feita de acordo com critérios diferentes dos referidos nos números anteriores exige uma modificação do Regulamento Geral de Taxas Municipais, acompanhada da justificação económico-financeira prevista no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

11 — Sem prejuízo da faculdade legal da câmara municipal por simples deliberação poder fixar ou alterar a todo o tempo o valor dos preços e demais instrumentos de remuneração que não configurem taxas, o disposto nos números 2 a 8 do presente artigo é lhes igualmente aplicável com as necessárias adaptações.

Artigo 3.º

Alterações ao articulado

Os artigos 18.º e 42.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 18.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes ao pedido de licenciamento ou à apresentação de comunicação prévia tendo por objeto uma operação urbanística objeto de informação prévia favorável é reduzida a metade.

Artigo 42.º

[...]

1 — [...].

2 — Consideram-se operações urbanísticas com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, ficando sujeitas a cedências e compensações, em termos análogos às operações de loteamento, as operações identificadas como tal no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização de Alcácer do Sal.

3 — [...].

4 — [...].»

Artigo 4.º

Alterações à Tabela Geral de Taxas

A Tabela Geral de Taxas, que constitui o Anexo I ao Regulamento Geral de Taxas Municipais, publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«ANEXO I

[...]

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
	TÍTULO I		
	Taxas em geral		
	CAPÍTULO I		
	Taxas pela apreciação de pedidos		
1.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	—	
1. 1.	Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes	(Ato)	10,06
1. 2.	Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados	(Ato)	10,06
1. 3.	Licença para exercício da atividade de guarda-noturno	(Ato)	10,06
1. 4.	Licença especial de ruído	(Ato)	10,06
1. 5.	Licença ou comunicação prévia para realização de acampamentos ocasionais	(Ato)	67,14
1. 6.	Licença para realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	(Ato)	10,06
1. 7.	Licença para realização de espetáculos alternativos	(Ato)	1.508,55
1. 8.	Licença para realização de fogueiras tradicionais de Natal e dos Santos Populares	(Ato)	
1. 9.	Licença para o uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho e eliminação de sobrantes de exploração não amontoados	(Ato)	8,55
1. 10.	Licença ou autorização prévia para utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos	(Ato)	33,30
1. 11.	Licença de veículos afetos aos transportes em táxi	(Ato)	191,08
1. 12.	Licença para a gestão e exploração de bens do domínio público	(Ato)	502,85
1. 13.	Licença ou concessão para utilização privativa de bens do domínio público	(Ato)	64,46
1. 14.	Autorização especial para utilização de vias públicas municipais afeta ao trânsito de veículos	(Ato)	64,46
1. 15.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio por grosso	(Ato)	333,98
1. 16.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio a retalho	(Ato)	333,98
1. 17.	Autorização para inumação, exumação, transladação e cremação e outras utilizações dos cemitérios municipais	(Ato)	
1. 18.	Licença para a construção de jazigos nos cemitérios municipais	(Ato)	50,29
1. 19.	Licença para realização de outras obras nos cemitérios municipais não previsto no número anterior	(Ato)	10,06
1. 20.	Mera comunicação prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos sedentários de restauração, bebidas, comércio, serviços ou armazenagem	(Ato)	35,20
1. 21.	Autorização para dispensa prévia de requisitos legais e regulamentares conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	50,29
1. 22.	Mera comunicação prévia para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	20,11
1. 23.	Autorização para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	70,40
1. 24.	Mera comunicação prévia com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	(Ato)	20,11
1. 25.	Averbamentos em matéria não conexas com a urbanização e a edificação	(Ato)	30,17
1. 26.	Licença para afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial	(Ato)	62,76
1. 27.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos nos números anteriores	(Ato)	15,09
	CAPÍTULO II		
	Taxas pelo deferimento de pedidos		
2.	Elaboração e emissão de documentos administrativos:		
2. 1.	Autos	(Unidade)	10,74
2. 2.	Alvarás	(Unidade)	13,07
2. 3.	Certidões dependentes de despacho	(Unidade)	35,20
2. 4.	Certidões independentes de despacho	(Unidade)	15,09
2. 5.	Autenticação de reproduções	(Página)	2,11
2. 6.	Termos de abertura e encerramento	(Livro)	5,03
2. 7.	Termos de entrega de documentos	(Unidade)	3,52
2. 8.	Cartões ou outros documentos de identificação	(Unidade)	15,09
2. 9.	Atestados, declarações, confirmações e documentos análogos	(Unidade)	15,09
2. 10.	Elaboração e emissão de outros documentos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	15,09
2. 11.	Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:	—	
2. 11. 1.	Reprodução em DVD-R fornecido pelo Município	(Ato)	3,76
2. 11. 2.	Reprodução em CD fornecido pelo Município	(Ato)	3,76
2. 11. 3.	Reprodução em suporte digital fornecido pelo adquirente	(Ato)	3,22
3.	Diligência e prestação de serviços administrativos:	—	
3. 1.	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	(Unidade)	10,06
3. 2.	Efetivação de registos de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão	(Unidade)	125,71

Códigos		Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
3.	3.	Efetivação de outros registos não referidos no número anterior	(Unidade)	15,09
3.	4.	Outras diligências administrativas não previstas nos números anteriores	(Unidade)	15,09
3.	5.	Parte variável a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que as diligências ou os serviços a prestar impliquem pesquisa ou buscas em arquivo	(Ano)	15,09
4.		Ocupação e utilização em geral do domínio público:	—	
4.	1.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m ² /Dia)	0,0096
4.	2.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m/Dia)	0,0009
4.	3.	Ocupação em geral do solo	(m ² /Dia)	0,0476
4.	4.	Ocupação em geral do solo edificado	(m ² /Dia)	0,1398
4.	5.	Ocupação linear em geral do subsolo	(m/Dia)	0,0014
4.	6.	Ocupação em geral do subsolo	(m ² /Dia)	0,0143
4.	7.	Implantação, passagem e atravessamento de redes de comunicações eletrónicas	(%)	0,25
5.		Ocupação e utilização do domínio municipal para instalação de dispositivos publicitários:	—	
5.	1.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário até 2 m ²	(m ² /Dia)	0,53
5.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário superior a 2 m ²	(m ² /Dia)	0,53
5.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m/Dia)	0,53
5.	4.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m ³ /Dia)	0,53
5.	5.	Painel eletrónico de informação e publicidade	(Dia)	6,84
6.		Ocupação e utilização dos cemitérios municipais:	—	
6.	1.	Inumações em covais	(Ato)	50,29
6.	2.	Inumação em jazigos	(Ato)	50,29
6.	3.	Exumações (incluindo limpeza e transladação)	(Ato)	50,29
6.	4.	Ocupação de gavetões municipais (anual)	(Ano)	26,15
6.	5.	Ocupação de gavetões municipais (a título perpétuo)	(Ato)	300,00
6.	6.	Concessão perpétua de terrenos	—	
6.	6.	1. Concessão perpétua de terrenos para sepultura	(m ²)	1.000,00
6.	6.	2. Concessão perpétua de terrenos para jazigos	(m ²)	12.186,05
6.	7.	Utilização da capela	(Funeral)	32,23
7.		Ocupação e utilização de vias públicas municipais:	—	
7.	1.	Desgaste resultante da exploração de massas minerais	(m ³)	0,70
7.	2.	Encerramento de vias rodoviárias ao trânsito	(Hora)	5,03
7.	3.	Parques de estacionamento	(lugar/15 m)	0,20
7.	4.	Parquímetros	(lugar/15 m)	0,20
TITULO II				
Taxas urbanísticas				
CAPÍTULO I				
Taxas pela apreciação de pedidos				
8.		Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	—	
8.	1.	Operações de loteamento com discussão pública	(Ato)	251,43
8.	2.	Operações de loteamento sem discussão pública	(Ato)	221,25
8.	3.	Obras de edificação	(Ato)	90,51
8.	4.	Obras de demolição	(Ato)	90,51
8.	5.	Obras de urbanização	(Ato)	181,03
8.	6.	Operações de destaque	(Ato)	120,68
8.	7.	Trabalhos de remodelação dos terrenos	(Ato)	90,51
8.	8.	Demolição, escavação e contenção periférica	(Ato)	90,51
8.	9.	Construção da estrutura	(Ato)	90,51
8.	10.	Conclusão de obras inacabadas	(Ato)	90,51
8.	11.	Constituição e alteração de propriedade horizontal	(Ato)	60,34
8.	12.	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	(Ato)	3.519,95
8.	13.	Instalações de centrais fotovoltaicas	(Ato)	502,85
8.	14.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	—
8.	15.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras não sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	90,51
8.	16.	Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	90,51
8.	17.	Exploração de massas minerais	(Ato)	1.025,81
8.	18.	Alinhamentos de muros e outras edificações confinantes com via pública	(Ato)	65,97
8.	19.	Autorização ou parecer quanto à localização	(Ato)	65,37
8.	20.	Auditoria para classificação de empreendimentos turísticos	(Ato)	90,51
8.	21.	Mera comunicação prévia de estabelecimentos industriais	(Ato)	90,51
8.	22.	Receção provisória e definitiva de obras de urbanização	(Ato)	120,68
8.	23.	Vistorias em geral	(Ato)	100,57
8.	24.	Prorrogações de prazo	(Ato)	30,17
8.	25.	Prestação de caução	(Ato)	30,17
8.	26.	Averbamentos em matéria de urbanização e edificação	(Ato)	35,20
8.	27.	Depósito da ficha técnica de habitação e de declarações prévias	(Ato)	25,14
8.	28.	Termos de abertura e encerramento de livro de obra	(Ato)	5,03
8.	29.	Ocupação de domínio público por motivo de obras	(Ato)	35,20

Códigos		Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
8.	30.	Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores em matéria conexas com urbanização e edificação	(Ato)	65,37
8.	31.	Parte variável a acrescer às taxas previstas em 8.1. a 8.3. sempre que a apreciação incida sobre uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo:	—	—
8.	31. 1.	Por área bruta de construção afeta a habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,42
8.	31. 2.	Por área bruta de construção afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,66
8.	31. 3.	Por área bruta de construção afeta a agricultura, indústria e armazenagem prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,25
8.	31. 4.	Por área bruta de construção afeta a outro uso não referido nos números anteriores prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,53
8.	32.	Parte variável a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que a apreciação implique a realização obrigatória de uma vistoria:	—	—
8.	32. 1.	Por área bruta vistoriada afeta a habitação vistoriada	(m ²)	0,10
8.	32. 2.	Por área bruta vistoriada afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas	(m ²)	0,15
8.	32. 3.	Por área bruta vistoriada afeta a agricultura, indústria e armazenamento	(m ²)	0,05
8.	32. 4.	Por área bruta vistoriada afeta a outro uso não referido nos números anteriores	(m ²)	0,18
CAPÍTULO II				
Taxas pelo deferimento de pedidos				
9.		Emissão e elaboração de documentos administrativos em matéria conexas com urbanização e edificação:	—	—
9.	1.	Alvará de ocupação do domínio público por motivo de obras	(Unidade)	10,06
9.	2.	Averbamentos em geral de matéria urbanística	(Unidade)	15,09
9.	3.	Registos, autos, alvarás, certidões e outros documentos análogos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	65,37
10.		Execução de operações urbanísticas:	—	—
10.	1.	Realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas	—	Anexo I-A
10.	2.	Compensações urbanísticas	—	Anexo I-B
10.	3.	Ocupação do domínio público por motivo de obras	—	Anexo I-C

Artigo 5.º
Alterações à Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas

A fórmula de cálculo da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas, que constitui o Anexo I-A ao Regulamento Geral de Taxas Municipais, publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho, passa a ter a seguinte redação:

«ANEXO I-A

[...]

- 1 — [...].
- 2 — [...].

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];

d) K2 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de usos e de tipologia das edificações segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes do seguinte quadro:

QUADRO

Zonamento por usos e tipologia das edificações

	Percentagens
Agricultura e ou armazéns	10 %
Indústria	20 %
Habitação unifamiliar	40 %
Habitação coletiva	50 %
Comércio	60 %
Turismo	70 %
Outros fins não referidos anteriormente	100 %

3 — [...].

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...].»

Artigo 6.º

Alterações à Taxa Devida pela Ausência de Cedências

A fórmula de cálculo da taxa devida pela ausência de cedências, que constitui o Anexo I-B ao Regulamento Geral de Taxas Municipais, publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho, passa a ter a seguinte redação:

«ANEXO I-B

[...]

- 1 — [...].
- 2 — [...].

a) [...];
b) P — Corresponde às seguintes percentagens relevantes do valor do preço da habitação por metro quadrado de área útil previsto nos “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira:

QUADRO

Zonamento por localização

	Percentagens
Solo urbanizado	5 %
Solo não urbano	3 %

c) [...].»

Artigo 7.º

Alterações à fundamentação económico-financeira

A fundamentação económico-financeira, que constitui o Anexo IV ao Regulamento Geral de Taxas Municipais, publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho, é alterado e passa a ter a redação que consta da republicação em apenso ao presente diploma regulamentar.

Artigo 8.º

Norma revogatória

São revogados os artigos 2.º e 3.º do diploma preambular que aprovou o Regulamento Geral de Taxas Municipais, e que foi publicado no *Diário da República* como Regulamento n.º 604/2016, de 20 de junho.

Artigo 9.º

Aplicação no tempo

1 — O presente diploma regulamentar não é aplicável aos requerimentos que derem entrada nos serviços da autarquia antes da sua entrada em vigor.

2 — A requerimento do interessado o presidente da câmara municipal pode autorizar que aos procedimentos em curso à data de entrada em vigor se aplique o regime constante do Regulamento Geral de Taxas Municipais com as alterações introduzidas pelo presente diploma regulamentar.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o presente diploma regulamentar entra em vigor no prazo de quinze dias após a sua publicação no *Diário da República*.

2 — O n.º 4 do artigo 2.º do presente diploma preambular só entra em vigor em 1 de janeiro de 2018.

Apenso

(a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do diploma preambular)

Regulamento Geral de Taxas Municipais

(republicação)

TÍTULO I**Da parte geral****CAPÍTULO I****Princípios gerais**

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente regulamento estabelece os princípios e regras gerais aplicáveis às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas municipais.

2 — Para efeitos do presente regulamento, consideram-se taxas municipais os tributos exigidos pelo município em contrapartida da utilização de bens do domínio público municipal, da prestação de serviços administrativos pelo município, da apreciação dos pedidos de prática de atos administrativos e de outros atos instrumentais.

3 — O presente regulamento não é aplicável aos preços, tarifas e demais instrumentos de remuneração a cobrar pelo Município, designadamente, os que respeitam às atividades de exploração de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

4 — As disposições do presente regulamento são aplicáveis aos órgãos, serviços e organismos municipais e demais entidades que exerçam competências municipais em regime de delegação na área territorial do município e vinculam direta e imediatamente entidades públicas e privadas.

Artigo 2.º

Princípios

1 — O valor das taxas previstas no presente regulamento é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, seguindo os seguintes critérios:

- a) Custo da atividade pública local;
- b) Benefício auferido pelo particular;
- c) Desincentivo à prática de certos atos ou operações.

2 — Os agravamentos e desagravamento de taxas municipais ditados por razões de política social, económica, ambiental, cultural ou de outra natureza, obedecem ao princípio da proporcionalidade e encontram-se devidamente fundamentados no presente regulamento e respetivos anexos.

3 — O custo da atividade pública local, previsto na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, é obtido pela aplicação de fórmulas diversas, com fatores de ponderação que englobam, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e amortizações.

4 — A fundamentação económico-financeira do valor das taxas, de acordo com o artigo 8.º do Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais, consta do anexo IV ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

Artigo 3.º

Direito subsidiário

São de aplicação supletiva ao presente regulamento, de acordo com a natureza dos casos omissos, designadamente:

- a) A Lei Geral Tributária;
- b) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- c) O Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- d) O Código de Procedimento e Processo Tributário;
- e) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- f) O Código de Procedimento Administrativo;
- g) O Regime Geral das Infrações Tributárias.

Artigo 4.º

Interpretação

1 — Na determinação do sentido das normas constantes do presente regulamento são observadas as regras e os princípios gerais de interpretação e aplicação das leis.

2 — Sempre que, nas normas constantes do presente regulamento se empreguem termos próprios de outros ramos de direito ou de outros regulamentos municipais, devem os mesmos ser interpretados no mesmo sentido que aí têm, salvo se outro decorrer expressamente do texto da norma.

3 — As normas de natureza tributária ou sancionatória, previstas no presente regulamento não são suscetíveis de integração analógica, admitindo, contudo, interpretação extensiva.

4 — Na interpretação de conceitos e expressões adotados no presente regulamento deverá atender-se às definições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 5.º

Interpretação autêntica

1 — Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições do presente regulamento podem ser objeto de interpretação autêntica por parte dos órgãos competentes, desde que sejam observados os procedimentos e formalidades legais previstos para a elaboração e aprovação do presente regulamento.

2 — As orientações sobre casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições constantes do presente regulamento, nomeadamente as que sejam aprovadas pela Câmara Municipal, que não obedeçam ao disposto no número anterior apenas podem ser dotadas de eficácia interna.

CAPÍTULO II**Elementos essenciais**

Artigo 6.º

Incidência Objetiva

1 — As taxas municipais incidem sobre as utilidades efetivamente prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, nos termos fixados no Título II e nos Anexos ao presente regulamento.

2 — À concessão tácita de licenças, autorizações e de outros atos administrativos é aplicável o disposto na tabela de taxas anexa, não podendo, em qualquer caso, as quantias liquidadas exceder os valores previstos para a prática de ato expresso de igual conteúdo.

Artigo 7.º

Incidência Subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é a pessoa coletiva pública município e o sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas, direta ou indiretamente interessada, na obtenção das utilidades geradas ou beneficiários da atividade prestada pelo município.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, presume-se que o sujeito passivo da taxa é o requerente identificado no requerimento inicial que deu origem ao procedimento administrativo ou a entidade que solicitar a satisfação de uma pretensão de carácter particular e não é objeto de restituição em caso de alteração superveniente do requerente.

3 — No caso do interesse comum a várias pessoas singulares ou coletivas, o encargo da taxa é repartido proporcionalmente por todos eles e, em caso de substituição do requerente que haja formulado o requerimento inicial, o sujeito passivo da taxa é o requerente no momento da liquidação da taxa.

4 — Noutros casos especiais, expressamente estabelecidos por via legal ou regulamentar, poderá o pagamento da taxa municipal ser exigido de pessoa diferente daquela a que se refere o número anterior, através de um mecanismo de substituição tributária, com ou sem retenção na fonte.

Artigo 8.º

Facto gerador

As taxas previstas no presente regulamento consideram-se devidas a partir do momento em que ocorra a disponibilização de um bem do domínio municipal, a prestação de um serviço público municipal ou a respetiva solicitação ao Município, quando esta ocorra primeiro.

CAPÍTULO III

Determinação do valor das taxas

Artigo 9.º

Fixação geral

As taxas possuem o valor geral resultante das tabelas que constituem os anexos ao presente regulamento, as quais procedem à adequação e à classificação dos atos e atividades de acordo com os custos administrativos que lhes estão inerentes, sem prejuízo do disposto em especial no presente capítulo.

Artigo 10.º

Quantificação

1 — O valor das taxas municipais é objeto de quantificação por ato, fórmula de cálculo, metro quadrado, metro linear, página, dia ou ano nos termos previstos nas tabelas que constituem os anexos ao presente regulamento e que dele fazem parte integrante.

2 — A quantificação das taxas municipais é efetuada por metro linear ou metro cúbico, consoante os casos, quando o metro quadrado não possa adequadamente ser utilizado como unidade de quantificação.

3 — Salvo disposição especial em contrário, os montantes fixados incluem todos os valores e demais encargos devidos pela prestação das utilidades ou pelo exercício das atividades enumeradas na respetiva tabela.

Artigo 11.º

Arredondamento

A liquidação das taxas municipais é sempre objeto de arredondamento à dezena unidade de cêntimos, a fazer por excesso quando a segunda casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

Artigo 12.º

Aplicação cumulativa de reduções

Salvo disposição especial em contrário ou deliberação da câmara municipal em contrário, as isenções totais e parciais ao valor das taxas ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas não são cumuláveis entre si, sendo nesses casos, apenas aplicável aquela que se revele, em concreto, mais favorável ao interessado.

Artigo 13.º

Aplicação cumulativa de agravamentos

Salvo disposição especial em contrário, os agravamentos ou quaisquer outros incrementos ao valor das taxas são sempre cumuláveis entre si ainda que sejam justificados por idênticas razões de facto e de direito.

Artigo 14.º

Reduções automáticas e dependentes de reconhecimento

1 — As isenções totais e parciais ao valor das taxas ou de quaisquer outras reduções ao valor das mesmas são automáticas ou dependentes de reconhecimento; os primeiros resultam direta e imediatamente de disposição legal ou regulamentar, os segundos pressupõem um ou mais atos posteriores de reconhecimento.

2 — O reconhecimento de isenções totais e parciais ao valor das taxas ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas pode ter lugar por ato administrativo ou por acordo entre a autarquia e os interessados, tendo, em ambos os casos, efeito meramente declarativo, salvo quando disposição legal ou regulamentar dispuser em contrário.

3 — As isenções totais e parciais ao valor das taxas ou de quaisquer outras reduções ao valor das mesmas com carácter automático dependem de invocação expressa por escrito por parte do interessado em momento prévio à liquidação da taxa devida.

Artigo 15.º

Procedimento de reconhecimento

1 — As isenções totais ou parciais ao valor das taxas previstas no presente regulamento ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas que estejam dependentes de reconhecimento pelos órgãos competentes do Município estão sujeitas ao que dispõe o presente artigo.

2 — O pedido deve revestir a forma escrita, ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, compreendendo a identificação completa do interessado, a identificação das taxas de que se requer a redução e a seguinte documentação:

a) Cópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão e do cartão de identificação fiscal ou cartão de identificação de pessoa coletiva, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva;

b) Documentos comprovativos dos factos que fundamentam a isenção pretendida.

3 — O pedido será objeto de apreciação pelos serviços municipais competentes, no prazo de 30 dias contados da entrega de todos os elementos indispensáveis à apreciação do pedido, cabendo à câmara municipal, nos 30 dias seguintes, decidir sobre o deferimento do pedido e sobre a percentagem da redução no caso de não ser deferida uma isenção total das taxas.

4 — No caso das reduções por razões de carência económica, o interessado poderá, em caso de comprovada urgência ou manifesta necessidade, apresentar apenas o pedido de isenção junto dos serviços competentes do município, ficando, porém, adstrito à entrega no processo respetivo do comprovativo da concessão da isenção, no prazo de 10 dias após deferimento do pedido.

5 — O indeferimento do pedido de reconhecimento ou a falta de qualquer elemento necessário ao reconhecimento da isenção determina a imediata liquidação da taxa que seja devida.

6 — O pedido de reconhecimento encontra-se dispensado do pagamento prévio da taxa pela apreciação do pedido, porém, o seu indeferimento determina a liquidação de uma taxa a pagar a final de valor idêntico à taxa residual devida pela apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos.

7 — Aplica-se subsidiariamente ao pedido de reconhecimento as disposições legais previstas na lei geral em matéria de reconhecimento de benefícios fiscais que pressupõem um ou mais atos posteriores de reconhecimento.

Artigo 16.º

Isenções subjetivas casuísticas

1 — Podem beneficiar de isenção total ou parcial de taxas municipais:

a) As pessoas singulares ou coletivas em caso de insuficiência económica, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário;

b) As instituições particulares de solidariedade social, associações desportivas, recreativas, culturais e sociais sem fins lucrativos, legalmente constituídas, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins estatutários;

c) As empresas municipais criadas pelo município nos termos da legislação aplicável, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins estatutários;

d) As associações religiosas e as comissões fabriqueiras de igrejas pelos atos que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários;

e) As cooperativas, suas uniões, federações e confederações, desde que registadas e funcionando nos termos da legislação cooperativa, relativamente a atividades que se destinem à realização de fins estatutários;

f) As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade administrativa, os partidos políticos e os sindicatos;

g) As demais pessoas singulares ou coletivas quando esteja em causa a prática de atos ou factos que propiciem, comprovadamente, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal.

2 — As isenções previstas no número anterior fundamentam-se nos objetivos de política económica e social da autarquia, nomeadamente no propósito de facultar às famílias mais carenciadas o acesso aos bens e serviços municipais e no propósito de estimular na área do município as atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural.

3 — Os interessados que pretendam beneficiar da isenção prevista na alínea a) do presente artigo, devem comprovar a sua insuficiência económica nos termos da lei do apoio judiciário que aqui deverá ser aplicada com as devidas adaptações pelos serviços municipais.

Artigo 17.º

Isenções objetivas gerais

1 — As isenções previstas no presente artigo fundamentam-se nos objetivos de política económica, social e cultural, nomeadamente no propósito de assegurar o desenvolvimento equitativo e harmonioso do concelho e de estimular atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural.

2 — A fundamentação económico-financeira pode prever uma isenção total ou parcial de taxas denominada por isenção para promoção do desenvolvimento local através do qual se assegurará a equiparação possível das taxas do município com as existentes nas autarquias locais circunvizinhas.

3 — A câmara municipal poderá deliberar aprovar de forma geral e abstrata quaisquer isenções totais ou parciais das taxas previstas no presente regulamento sempre que por razões conjunturais se torne necessário incrementar o mercado imobiliário e da construção civil, a reabilitação urbana, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal.

4 — A inumação nos cemitérios municipais com referência a indigentes está isentas da totalidade das taxas regulamentarmente devidas, encontrando-se a referida isenção justificada por razões de carência económica.

5 — Os bombeiros e antigos combatentes estão isentos de todas as taxas devidas pela utilização dos cemitérios municipais quanto inumados nos talhões que lhes são destinados.

6 — Os pedidos de instalação e funcionamento de recintos improvisados ou itinerantes encontram-se isentos da totalidade das taxas devidas pelo deferimento dos pedidos e ainda das taxas devidas pela apreciação e deferimento do pedido da licença especial de ruído, designadamente, as devidas pela emissão do alvará.

Artigo 18.º

Outras reduções

1 — A simples apreciação do pedido de renovação de licença, autorização ou outro ato administrativo, sempre que não ocorram elementos novos suscetíveis de alterar os termos ou as condições do ato anterior e seja efetuado dentro do prazo legal ou regulamentar, apenas está sujeita a metade das taxas devidas.

2 — A emissão de alvará definitivo referente a operação urbanística para a qual já tenha sido emitido o alvará de licença parcial a que se refere o n.º 6 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação encontra-se dispensada do pagamento da taxa pelo deferimento dos pedidos.

3 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes a operações urbanísticas é reduzida a metade tratando-se de pedidos de informação prévia e de pedidos de renovação de licença ou comunicação prévia que entretanto hajam caducado, desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade.

4 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes ao pedido de licenciamento ou à apresentação de comunicação prévia tendo por objeto uma operação urbanística objeto de informação prévia favorável é reduzida a metade.

Artigo 19.º

Agravamentos

1 — As taxas devidas relacionadas com a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias contados da data do pedido são elevadas ao dobro.

2 — Os pedidos de licença especial de ruído estão sujeitos a um acréscimo a título de desincentivo no valor de um décimo do valor da taxa devida pela apreciação do pedido por cada dia de duração da sua vigência, encontrando-se a referida isenção justificada por razões de prevenção à poluição sonora.

3 — O valor da taxa pelo indeferimento dos pedidos de reconhecimento isenções totais ou parciais ao valor das taxas previstas no presente regulamento ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas pode ser elevado até um sexagésimo do seu valor quando os pedidos de isenção se revelem como sendo, de acordo com os elementos factos apurados no respetivo procedimento, manifestamente infundados.

4 — O valor da taxa pelo indeferimento dos pedidos de pagamento a prestações pode ser elevado até um sexagésimo do seu valor quando os pedidos de isenção se revelem como sendo, de acordo com os elementos factos apurados no respetivo procedimento, manifestamente infundados.

CAPÍTULO IV

Liquidação e pagamento

Artigo 20.º

Liquidação

1 — A liquidação do montante das taxas é feita pelos serviços municipais, mediante solicitação do interessado, podendo ocorrer liquidação automática ou autoliquidação sempre que as normas legais ou regulamentares expressamente a prevejam.

2 — A liquidação do valor das taxas é efetuada automaticamente sempre que tal seja tecnicamente possível e sempre que a apresentação dos requerimentos seja efetuada através de uma página eletrónica.

3 — As taxas municipais são liquidadas:

a) No momento da entrega do requerimento inicial pelo interessado, quando devidas pela apreciação de pedidos ou requerimentos por parte dos serviços e órgão municipais;

b) No momento do deferimento do pedido, quando devidas pelo deferimento de pedidos e ou requerimentos por parte dos serviços e órgãos municipais.

Artigo 21.º

Autoliquidação

1 — São objeto de autoliquidação as taxas conexas com os procedimentos de declaração ou comunicação prévia e sempre que o requerente pretenda ver reconhecido a seu favor a existência de um ato tácito de deferimento.

2 — O pagamento das taxas que sejam objeto de autoliquidação deve ser efetuado em momento prévio ao início dos trabalhos, da utilização ou à realização das demais operações urbanísticas, sob pena de, consoante os casos, serem desencadeados os procedimentos de tutela da legalidade urbanística previstos na lei e no presente regulamento ou os meios de cobrança coerciva previstos no Código de Procedimento e Processo Tributário.

3 — O pagamento por autoliquidação apenas pode ser efetuado por transferência ou depósito na instituição de crédito denominada Caixa Geral de Depósitos, na conta com o IBAN PT 50 0035 0021 00000278330 88 à ordem da pessoa coletiva pública município e de acordo com o publicitado na página eletrónica e na tesouraria do município, devendo ser junto através do sistema informático o documento comprovativo do pagamento conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

4 — Em alternativa ao pagamento a que se alude no número anterior o interessado pode provar que se encontra garantido o pagamento da quantia mediante prestação por montante indeterminado ou pelo montante previsto no presente regulamento, mediante a junção através do sistema informático de documento comprovativo da caução prestada conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

Artigo 22.º

Nota de liquidação

1 — A liquidação das taxas municipais tem como suporte documental uma nota da qual constam os seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito passivo;
- b) Identificação do bem ou serviço tributável;
- c) Referência à verba da tabela aplicável;
- d) Fórmula de cálculo e valor final da taxa;
- e) Fundamentos de facto e de direito da liquidação;
- f) Autor do ato e se o fez no uso de delegação ou subdelegação de competências;
- g) Prazo de pagamento voluntário, e;
- h) Meios de defesa e prazo para reagir contra o ato de liquidação.

2 — Nos casos de autoliquidação pelo interessado deve ser junto ao processo administrativo o documento comprovativo do pagamento, conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

3 — A nota de liquidação deve identificar de forma autónoma todas as demais quantias liquidadas e que não constituam taxas nos termos previstos neste regulamento, nomeadamente a liquidação e cobrança de eventuais preços, despesas e impostos devidos ao Estado ou a outras entidades públicas, nomeadamente o imposto de selo legalmente devido nos termos da legislação em vigor.

Artigo 23.º

Prazo de pagamento

1 — As taxas municipais devem ser pagas no prazo de 30 dias desde a notificação da liquidação, quando outro prazo não resulte de norma legal ou regulamentar ou da parte especial do presente regulamento.

2 — O prazo para pagamento conta-se de forma continuada, não se suspendendo aos sábados, domingos ou feriados e transferindo-se o seu termo para o primeiro dia útil imediatamente seguinte sempre que este se verifique naqueles dias.

3 — Não será negada a prestação de serviços, a prática de atos administrativos ou a continuação da utilização de bens do domínio público ou privado municipal em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada garantia idónea.

4 — O pagamento das compensações, das taxas pela realização de infraestruturas e das taxas devidas pela emissão de alvarás, quando objeto de deferimento expresso, deverá ser efetuado até ao momento da entrega ao interessado do alvará ou outro título que ateste a existência do ato ou, na falta de título, no prazo de dez dias contados da notificação do deferimento.

Artigo 24.º

Forma de pagamento

1 — O pagamento das taxas municipais é feito em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência conta a conta e vale postal ou por quaisquer outros meios utilizados pelos correios ou instituições de crédito expressamente autorizados pela lei na satisfação de dívidas tributárias, admitindo-se o pagamento por terceiro.

2 — O pagamento de taxas objeto de autoliquidação apenas pode ser efetuado por transferência ou depósito em instituição de crédito à ordem do município que for indicada e publicitada na página eletrónica e na tesouraria do município, podendo em alternativa ao pagamento, o interessado provar que se encontra garantido o pagamento da quantia devida, mediante caução.

3 — Sem prejuízo do disposto em matéria de taxas urbanísticas, as taxas municipais não podem ser pagas mediante dação em cumprimento ou compensação.

Artigo 25.º

Pagamento em prestações

1 — A Câmara Municipal ou o órgão a quem a competência for delegada ou subdelegada, pode autorizar o pagamento dos preços previstos no presente regulamento em prestações nos casos em que o montante a pagar pelo interessado exceda a quantia correspondente a € 102,00 mediante pedido fundamentado e desde que comprovado que a situação económica do requerente não lhe permite solver o valor de uma só vez.

2 — Salvo deliberação da Câmara Municipal em contrário, o pedido de autorização para pagamento em prestações para valores superiores a € 1020,00 depende da prestação de caução a favor do Município, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, depósito em dinheiro ou seguro-caução, ou garantia real sobre bens imóveis.

3 — Salvo deliberação da Câmara Municipal, disposição legal ou regulamentar em contrário, quando for autorizado o pagamento em prestações, o número destas não pode ser superior a 12.

4 — Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que os fundamentam.

5 — O valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescido de juros, contados sobre o montante da dívida desde o termo do prazo para o pagamento até à data de pagamento efetivo de cada uma das prestações.

6 — Salvo disposição legal, regulamentar ou deliberação da Câmara Municipal em contrário, o pagamento em prestações, obedece às seguintes regras:

- a) A taxa de juros a aplicar é a prevista na lei geral para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas;
- b) O pagamento de cada prestação deve ocorrer durante o mês a que esta corresponder;
- c) A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das restantes;
- d) A autorização de pagamento em prestações não afasta a possibilidade de, posteriormente, vir a ser paga a totalidade do montante ainda em dívida;
- e) Quando for devido imposto de selo, este é pago, na íntegra, conjuntamente com a primeira prestação.

7 — O pedido de autorização para pagamento em prestações está dispensado do pagamento prévio da taxa pela apreciação do pedido, porém, o seu indeferimento determina a liquidação de uma taxa a pagar a final de valor idêntico à taxa residual devida pela apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos.

Artigo 26.º

Falta de pagamento

1 — A falta de pagamento voluntário das taxas devidas nos termos do presente regulamento, quando a utilidade que constitui contrapartida já tiver sido prestada pelo Município, determina a respetiva cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal previsto no Código de Procedimento e Processo Tributário, além dos juros e coima a que haja lugar.

2 — A falta de pagamento voluntário das taxas devidas nos termos do presente regulamento, ou a falta de prestação de garantia idónea, no âmbito de reclamação administrativa ou impugnação judicial, determinam a recusa da disponibilização dos bens ou serviços de que as taxas constituam contrapartida, nos termos do artigo 10.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, bem como a extinção do procedimento administrativo, nos termos do artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo.

3 — Tratando-se de taxas objeto de autoliquidação, a falta de pagamento voluntário das taxas devidas determinará, consoante os casos, que sejam desencadeados os procedimentos de tutela da legalidade previstos na lei ou os meios de cobrança coerciva previstos no Código de Procedimento e Processo Tributário.

Artigo 27.º

Liquidação adicional e reembolso

1 — Há lugar a liquidação adicional sempre que, no decurso do prazo de caducidade, se constate que, por facto imputável aos serviços ou ao sujeito passivo, foi liquidada taxa inferior à devida de acordo com o previsto na lei e no presente regulamento.

2 — Há lugar a reembolso da taxa paga sempre que, no prazo de cinco anos desde o momento do pagamento, se constate que, por facto imputável aos serviços ou ao sujeito passivo, foi paga taxa superior à devida.

3 — Não há lugar a liquidação adicional ou a reembolso de taxa cujo valor se mostre inferior a € 20.

Artigo 28.º

Juros

1 — São devidos juros compensatórios, nos termos do artigo 35.º da Lei Geral Tributária, sempre que, por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade da taxa devida.

2 — São devidos juros indemnizatórios, nos termos do artigo 43.º da Lei Geral Tributária, sempre que em reclamação graciosa ou impugnação judicial se determine que houve erro imputável aos serviços do qual resulte pagamento de taxa em montante superior ao devido.

3 — São devidos juros de mora, nos termos do artigo 44.º da Lei Geral Tributária, sempre que o sujeito passivo não cumpra a obrigação de pagar a taxa no prazo estabelecido.

Artigo 29.º

Caducidade e prescrição

1 — O direito de liquidar as taxas municipais caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto gerador ocorreu.

2 — As dívidas relativas às taxas municipais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto gerador ocorreu, interrompendo-se o prazo com a citação, reclamação graciosa ou impugnação judicial.

3 — Os prazos de caducidade e prescrição relativos a taxas municipais de natureza periódica contam-se a partir do último dia do período a que as taxas respeitem.

Artigo 30.º

Garantias dos contribuintes

1 — Os sujeitos passivos das taxas municipais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação, nos termos previstos no presente artigo.

2 — A reclamação graciosa é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3 — A reclamação graciosa presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

4 — Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal legalmente competente da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 — A impugnação judicial depende da dedução da reclamação prévia prevista no n.º 2 do presente artigo.

6 — A reclamação graciosa e à impugnação judicial prevista no presente artigo aplicam-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, o disposto no Código de Procedimento e Processo Tributário na Lei Geral Tributária.

7 — A reação judicial contra omissões e atos administrativos que não comportem a apreciação da legalidade de um ato de liquidação de uma taxa municipal em matéria conexa com o presente regulamento, nomeadamente o indeferimento dos pedidos de isenção previstos no presente regulamento, é regulada nos termos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

CAPÍTULO V

Procedimentos administrativos

Artigo 31.º

Âmbito de aplicação

1 — O disposto no presente capítulo aplica-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos nos quais sejam formulados pedidos de prática de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos pelos quais sejam devidas taxas municipais, sempre que tais matérias não sejam objeto de regulação específica em regulamento ou lei especial.

2 — O disposto no presente capítulo aplica-se, ainda, com as devidas adaptações, aos procedimentos administrativos nos quais sejam formulados pedidos de prática de atos instrumentais, tais como a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos, a realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados.

Artigo 32.º

Requerimento inicial

1 — O requerimento inicial dos interessados dos pedidos a que se alude no artigo anterior deve ser formulado por escrito, nos termos do artigo 74.º do Código de Procedimento Administrativo, e ser acompanhado dos documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados, devendo, ainda, ser adotados, caso existam, os formulários, minutas ou modelos de requerimento que tenham sido objeto de aprovação por lei ou regulamento.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do presente artigo, a simples apresentação do requerimento inicial dirigido à prática dos atos referidos no artigo anterior implica o pagamento imediato das taxas devidas pela apreciação dos pedidos ou no prazo máximo de três dias úteis contados da receção da notificação da liquidação, sob cominação do procedimento ser declarado deserto por facto imputável ao particular, nos termos do artigo 111.º do Código de Procedimento Administrativo.

3 — O requerente, de modo a permitir a liquidação pelos serviços das taxas previstas no número anterior, deve instruir os pedidos com uma declaração, nos termos do modelo de declaração constante do anexo II

ao presente regulamento, no qual identificará os elementos de facto essenciais à liquidação da taxa devida pela apreciação dos pedidos.

4 — Os serviços que procederem ao registo e à receção dos requerimentos procederão à liquidação da taxa devida pela apreciação de pedidos mediante a entrega, ao requerente, da respetiva nota de liquidação ou, quando o requerimento não tenha sido apresentado presencialmente ou não tenha sido possível a imediata liquidação, mediante a notificação do requerente da liquidação.

5 — Os interessados que mencionem no requerimento inicial a existência de uma isenção legal ou regulamentar e juntem com o mesmo documento comprovativo da atribuição de uma isenção total das taxas municipais ou apresentem documento comprovativo de terem requerido a isenção das taxas nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do presente regulamento, ficam dispensados de proceder ao pagamento prévio das taxas pela apreciação dos pedidos a que se alude no n.º 2 do presente artigo.

6 — As taxas que são devidas com a apresentação do requerimento inicial, nos termos do presente artigo, são as devidas pela apreciação de pedidos.

7 — O modelo geral de declaração que constitui o anexo II ao presente regulamento será adaptado por simples decisão do Presidente da Câmara Municipal em conformidade com a tabela de taxas que titula e com respeito pelo disposto no presente regulamento.

Artigo 33.º

Proposta de decisão

1 — Sempre que a proposta de decisão seja favorável à pretensão do particular, os serviços municipais devem efetuar, em sede de proposta de decisão final, a liquidação das taxas que sejam cumuláveis com as taxas pela apreciação de pedidos.

2 — Os serviços municipais devem, ainda, em sede de proposta de decisão final no procedimento, verificar se a liquidação das taxas devidas pelo deferimento dos pedidos se encontra correta, devendo, consoante os casos, propor uma liquidação adicional das taxas ou propor sua restituição quando tenham sido cobradas em excesso.

3 — As taxas que são devidas nos termos do presente artigo são as devidas pelo deferimento dos pedidos.

Artigo 34.º

Atos administrativos

1 — A prática de atos administrativos que defiram os pedidos de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos pelas quais sejam devidas taxas implica, simultaneamente, uma declaração de concordância com a proposta de liquidação a que alude no artigo anterior.

2 — A extinção do procedimento pela tomada de uma decisão final desfavorável à pretensão do requerente, bem como por qualquer dos outros factos previstos na lei, não determina a restituição da taxa paga pela apreciação dos pedidos.

3 — A notificação da liquidação das taxas devidas pelo deferimento dos pedidos é efetuada em simultâneo com a notificação dos atos que defiram os pedidos de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos.

Artigo 35.º

Alvarás e outros títulos

1 — Os alvarás e quaisquer outros títulos devem ser emitidos no prazo máximo de 10 dias contados da data de pagamento de todas as taxas que sejam devidas pela prática do ato administrativo e pela sua emissão.

2 — Salvo o disposto em legislação especial, o título dos direitos ou vantagens conferidos aos particulares por deliberação dos órgãos municipais ou decisão dos seus titulares é um alvará emitido pelos serviços municipais e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo órgão com competência delegada ou subdelegada.

3 — O alvará e quaisquer outros títulos dos direitos ou vantagens conferidos aos particulares previstos em legislação especial devem conter, nos termos das autorizações, licenças e demais atos administrativos que titulam, consoante forem aplicáveis:

- a) A identificação do titular do alvará;
- b) A identificação do direito ou vantagem conferida;
- c) A referência às disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- d) A referência ao pagamento das taxas devidas;
- e) O início de vigência e o respetivo prazo de validade;
- f) A necessidade de promover averbamentos em relação à ocorrência de determinados factos;
- g) O prazo ou prazos dentro do qual deve ser promovido a renovação da licença ou autorização concedida ou a indicação da sua sujeição a uma renovação automática.

4 — O modelo geral de alvará que constitui o anexo III ao presente regulamento será adaptado por simples decisão do Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com a categoria dos atos que titula e com respeito pelo disposto no número anterior.

Artigo 36.º

Averbamentos aos alvarás

1 — As alterações dos alvarás ou de outros títulos devem ser efetuadas mediante pedido de averbamento, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no presente regulamento em matéria de requerimento inicial.

2 — Os pedidos de averbamento dos alvarás ou de outros títulos devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que os justifiquem, sob pena de o interessado incorrer nas consequências legais e regulamentares respetivas.

3 — Os pedidos de averbamento de alvarás em nome de outrem devem juntar autorização com assinatura reconhecida ou confirmada pelos serviços municipais do respetivo titular.

4 — Presume-se que as pessoas singulares ou coletivas que trespassem os seus estabelecimentos ou instalações ou cedam a respetiva exploração autorizam o averbamento das licenças de que sejam titulares a favor das pessoas a quem transmitam os seus direitos.

5 — Os pedidos de averbamento a que se alude no número anterior devem ser instruídos com fotocópia do respetivo contrato de trespasse, cessão ou cedência.

Artigo 37.º

Vigência e eficácia

1 — A emissão do alvará é condição de eficácia da autorização, licença ou ato administrativo que confira direitos ou vantagens aos particulares e depende do prévio pagamento das taxas que sejam devidas.

2 — As licenças, autorizações e demais atos administrativos destinados a vigorar pelo período de um ano civil, caducam no último dia do ano para que foram concedidas, salvo se, por lei ou regulamento, for estabelecido prazo certo para a sua revalidação, caso em que são válidas até ao termo desse prazo.

3 — O pedido de renovação de licenças, autorizações e demais atos administrativos destinados a vigorar pelo período de um ano civil deve ser efetuado até ao dia 15 de dezembro do ano anterior, salvo o disposto em lei ou regulamento especial.

4 — A caducidade, revogação ou a prática de qualquer ato que faça cessar a vigência de autorização, licença ou ato administrativo que tivesse determinado o pagamento de taxas pela ocupação do domínio municipal antes do seu termo normal de duração determina apenas a restituição da taxa correspondente ao período de ocupação não utilizado, a qual é restituída por simples despacho do Presidente da Câmara Municipal.

5 — Para efeitos da aplicação do dever de restituição previsto no número anterior, a importância objeto de devolução será sempre proporcional ao período de ocupação não utilizado.

6 — As licenças, autorizações e demais atos administrativos em matéria conexa com publicidade que se destinem a vigorar pelo período de um ano civil renovam-se automaticamente durante o mês de janeiro de cada ano promovendo-se a liquidação oficiosa de todas as taxas legalmente devidas, salvo se for comunicado pelo interessado até 31 de dezembro do ano anterior a intenção de não renovação.

TÍTULO II

Das taxas em especial

CAPÍTULO I

Taxas pela apreciação de pedidos

Artigo 38.º

Incidência objetiva

1 — As taxas pela apreciação de pedidos são devidas pela prática de atos administrativos e de outros atos ou atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços municipais, sendo dirigidas à compensação dos custos administrativos que lhes são inerentes.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxas pela apreciação de pedidos:

a) A apreciação de comunicações prévias e dos requerimentos iniciais destinados à prática de quaisquer autorizações, licenças e demais

atos administrativos que confirmam direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos;

b) A apreciação dos requerimentos destinados à emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos;

c) A apreciação dos requerimentos destinados à realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, buscas, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados.

3 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa pela apreciação de pedidos a apreciação de pedidos de informação prévia, de licença administrativa, de autorização de utilização e de comunicação prévia e quaisquer outros a que haja lugar no âmbito das situações contempladas pelo presente regulamento e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

4 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes a operações urbanísticas, quando incida sobre operações de loteamento e obras de edificação, é composta por uma parte fixa e uma parte variável em função da complexidade da apreciação de acordo com os usos e a área bruta de construção contemplada na operação urbanística em apreciação.

5 — As taxas previstas no presente artigo incluem todos os valores e demais encargos devidos pela prática dos atos administrativos ou instrumentais cuja prática é requerida, sendo de aplicação cumulativa com as taxas prevista nos demais capítulos do presente Título sempre que haja lugar à sua liquidação.

CAPÍTULO II

Taxas pelo deferimento dos pedidos

Artigo 39.º

Incidência objetiva

1 — As taxas pelo deferimento dos pedidos são devidas pela emissão de documentos, prestação de serviços e ocupação ou utilização de bens integrados no domínio público municipal, realização de infraestruturas urbanísticas e pela ausência de cedências ao domínio público municipal, sendo dirigidas a servir de contrapartida pelos custos de disponibilização, prestação e conservação de tais bens e serviços.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa pelo deferimento dos pedidos:

a) A elaboração, emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, autos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos;

b) A realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados ou, quando inseridas em procedimentos administrativos iniciados a requerimento dos interessados, sejam obrigatórias nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;

c) A ocupação e utilização do solo e subsolo em domínio público, designadamente por meio de construções, equipamentos ou estruturas móveis, bem como a utilização das vias ou lugares de domínio público para a realização de eventos e espetáculos ou afixação de publicidade;

d) A ocupação e utilização de espaços ou instalações em mercados e feiras, designadamente por meio de lojas, bancas e lugares do mercado municipal, lugares de terrado e noutros espaços quando integrados no domínio público municipal;

e) A utilização do cemitério municipal, designadamente por meio de inumações, exumações, trasladações e as ocupações de ossários municipais.

3 — Encontra-se em particular sujeita ao pagamento de taxa pelo deferimento dos pedidos a execução de operações urbanísticas que determine a liquidação de taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas ou da taxa devida a título de compensação pela ausência de cedências ao domínio público municipal nos termos previstos nos artigos seguintes.

4 — A taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do domínio público, possui o valor resultante da fórmula de cálculo expressa no anexo no anexo I-C ao presente regulamento.

Artigo 40.º

Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas

1 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas é devida pela realização de operações urbanísticas, sendo dirigida a servir de contrapartida pelos custos de realização, manutenção ou reforço de infraestruturas urbanísticas inerentes à realização de operações urbanísticas.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa de infraestruturas urbanísticas a prática de atos que determinem nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

a) O deferimento do pedido de licença administrativa de loteamento, de licença administrativa de obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento e a prática de ato tácito favorável que produza efeitos análogos aos atos expressos previstos na presente alínea;

b) A admissão da comunicação prévia de operação de loteamento, obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento.

3 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas possui o valor resultante da fórmula de cálculo expressa no anexo I-A ao presente regulamento, o qual procede à adequação dos valores de acordo com os custos que lhes estão inerentes

4 — O valor da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas é objeto de isenção ou redução proporcional ao valor do encargo que o interessado se disponha a suportar na realização, manutenção ou reforço de infraestruturas ou serviços gerais em sede de reapreciação do projeto de decisão do indeferimento do pedido de licença administrativa.

5 — A assunção da obrigação prevista no número anterior implica a celebração de um contrato que regule as obrigações do requerente e a prestação de uma caução adequada a favor do Município mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, depósito em dinheiro, seguro-caução, ou garantia real sobre bens imóveis.

6 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas não é devida tratando-se de renovação de licença ou comunicação prévia que, entretanto, haja caducado, desde que seja junto ao pedido de renovação comprovativo do seu pagamento no âmbito do procedimento anterior.

Artigo 41.º

Obrigação de afetação

1 — Os projetos de operações de loteamento e as demais operações urbanísticas que causem impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, nos termos previstos no presente regulamento, devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos.

2 — As operações urbanísticas que causem impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 41.º a 47.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Artigo 42.º

Obrigação de cedência

1 — O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento deverão ceder gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

2 — Consideram-se operações urbanísticas com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, ficando sujeitas a cedências e compensações, em termos análogos às operações de loteamento, as operações identificadas como tal no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização de Alcácer do Sal.

3 — As parcelas de terreno cedidas ao município ao abrigo do presente artigo integram-se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará, ou nas situações sujeitas a comunicação prévia, através de instrumento próprio a realizar por notário.

4 — A Câmara Municipal deve deliberar, no prazo máximo de 20 dias contados a partir da entrega da comunicação e demais elementos instrutórios necessários à tomada de decisão, sobre a definição das parcelas a afetar ao domínio público e privado do município.

Artigo 43.º

Ausência de cedências

1 — Se o prédio a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento já estiver servido pelas infraestruturas urbanísticas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgoto e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva, não há lugar a cedências para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário e os demais titulares de direitos reais, obrigados ao pagamento de uma compensação ao município.

2 — Também não haverá lugar a qualquer cedência para os fins previstos no número anterior, ficando o proprietário e os demais titulares de direitos reais obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, quando não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde público nos prédios a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento ou quando as áreas necessárias para esse efeito ficarem no domínio privado sujeitos ao regime da propriedade horizontal.

Artigo 44.º

Compensações

1 — A compensação é devida pela ausência de cedências ao domínio público municipal de parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas, sendo dirigida a servir de contrapartida pelo valor das parcelas que em abstrato deveriam ser objeto de cedência.

2 — A compensação a efetuar poderá ser paga em numerário ou em espécie, caso em que será efetuada através da cedência de parcelas de terrenos suscetíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo município, os quais serão integrados no seu domínio privado.

3 — O valor da compensação em numerário a pagar ao município pelo requerente será determinado em função da localização da operação urbanística que determinou a compensação e de acordo com o estabelecido no Anexo I-B ao presente regulamento.

4 — A compensação não será devida nos casos de renovação de licença ou de comunicação prévia que haja caducado, desde que seja junto ao pedido de renovação o comprovativo do seu pagamento no âmbito do procedimento anterior.

CAPÍTULO III

Taxas municipais sujeitas a regimes especiais

Artigo 45.º

Aplicação subsidiária

As taxas previstas no presente capítulo aplica-se subsidiariamente o disposto no Título I do presente regulamento sempre que tais matérias não sejam objeto de regulação em contrário em regulamento ou lei especial.

Artigo 46.º

Taxas pelos direitos de passagem

1 — As taxas pelos direitos de passagem devem refletir a necessidade de garantir a utilização ótima dos recursos e ser objetivamente justificadas, transparentes, não discriminatórias e proporcionadas relativamente ao fim a que se destinam, devendo, ainda, ter em conta os objetivos de regulação.

2 — Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem, a qual obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de passagem é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

3 — O município não pode cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento dos domínios público e privado municipal.

Artigo 47.º

Taxas pela determinação do nível de conservação

1 — As taxas pela determinação do nível de conservação e pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado são as fixadas nos termos da legislação aplicável.

2 — O município pode alterar o valor das taxas referidas no número anterior mediante a modificação do presente regulamento, acompanhada da justificação económico-financeira prevista no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Artigo 48.º

Taxas de desbloqueamento, remoção e reboque de veículos

As taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são fixadas por portaria regulamentar nos termos da legislação aplicável.

Artigo 49.º

Taxas de entidades públicas da administração central no âmbito do SIR

As taxas devidas às entidades públicas da administração central que intervenham nos atos de vistoria no âmbito do sistema de indústria responsável no âmbito de procedimentos no qual é entidade coordenadora o município são fixadas nos termos da legislação aplicável.

Artigo 50.º

Taxas pela emissão de documentos de residência na União Europeia

As taxas devidas pela emissão de certificado de registo, de documento de residência permanente de cidadão da União Europeia e de cartão de residência de cidadão da União Europeia e sua substituição são fixadas por portaria regulamentar nos termos da legislação aplicável.

TÍTULO III

Fiscalização e contraordenações

Artigo 51.º

Fiscalização e competência

1 — A fiscalização do cumprimento do presente regulamento compete aos serviços da Câmara Municipal e a outras autoridades com competência atribuída por lei.

2 — A instauração de processos de contraordenação, bem como a aplicação de coimas e sanções acessórias, compete ao Presidente da Câmara Municipal, podendo o mesmo permitir, mediante ato de delegação de poderes, que o seu imediato inferior hierárquico ou substituto pratiquem atos de instrução do processo.

Artigo 52.º

Contraordenações

1 — Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar que ao caso couber, são puníveis como contraordenação:

- a) A falta de pagamento atempado de taxa que seja devida nos termos do presente regulamento;
- b) A falta ou atraso na apresentação de declaração ou documentação necessária à liquidação das taxas municipais.

2 — A contraordenação prevista na alínea a) do número anterior é punível com coima variável entre o valor da prestação em falta e o seu dobro, sem que possa ultrapassar o limite máximo de dez vezes a retri-

buição mínima mensal garantida, no tocante às pessoas singulares e de cem vezes essa retribuição, no tocante às pessoas coletivas.

3 — A contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima variável entre 10 % e metade da prestação em falta quando praticada a título de negligência, sendo estes limites elevados para o dobro sempre que o infrator seja pessoa coletiva.

4 — A contraordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima variável entre metade e dez vezes a retribuição mínima mensal garantida, sendo estes limites elevados para o dobro sempre que o infrator seja pessoa coletiva.

5 — Para efeitos do presente artigo, entende-se por retribuição mínima mensal garantida o valor da retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares, nos termos previstos na legislação em vigor que regule o salário mínimo no ano em que foi praticada a infração.

Artigo 53.º

Punibilidade da tentativa e da negligência

A tentativa e a negligência são puníveis, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 54.º

Medida da coima

A determinação da medida da coima far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 27.º Regime Geral das Infrações Tributárias, devendo ser graduada em função da gravidade do facto, da culpa do agente, da sua situação económica e, sempre que possível, exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contraordenação.

Artigo 55.º

Sanções acessórias

1 — Conjuntamente com a coima prevista para o tipo legal de contraordenação, pode ser aplicada ao infrator, em função da gravidade da infração, uma das seguintes sanções acessórias:

- a) Apreensão dos bens que tenham sido utilizados como instrumento da infração e que sejam propriedade do agente;
- b) Interdição de exercício no município, de profissão ou atividades conexas com a infração praticada;
- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgados pela Câmara Municipal;
- d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos promovidos pela Câmara Municipal;
- e) Encerramento do estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- f) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás concedidos pelo município.

2 — As sanções referidas nas alíneas b) a f) do número anterior terão a duração máxima de dois anos, que se contarão a partir da definitividade ou trânsito em julgado da decisão condenatória.

Artigo 56.º

Direito subsidiário

A tramitação processual e a forma de impugnação das decisões proferidas no procedimento contraordenacional obedecem ao disposto no Regime Geral das Infrações Tributárias.

ANEXO I

Tabela geral de taxas municipais

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
	TÍTULO I		
	Taxas em geral		
	CAPÍTULO I		
	Taxas pela apreciação de pedidos		
1.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	—	
1. 1.	Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes	(Ato)	10,06
1. 2.	Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados	(Ato)	10,06

Códigos		Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
1.	3.	Licença para exercício da atividade de guarda-noturno	(Ato)	10,06
1.	4.	Licença especial de ruído	(Ato)	10,06
1.	5.	Licença ou comunicação prévia para realização de acampamentos ocasionais	(Ato)	67,14
1.	6.	Licença para realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	(Ato)	10,06
1.	7.	Licença para realização de espetáculos alternativos	(Ato)	1.508,55
1.	8.	Licença para realização de fogueiras tradicionais de Natal e dos Santos Populares	(Ato)	
1.	9.	Licença para o uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho e eliminação de sobrantes de exploração não amontoados	(Ato)	8,55
1.	10.	Licença ou autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos	(Ato)	33,30
1.	11.	Licença de veículos afetos aos transportes em táxi	(Ato)	191,08
1.	12.	Licença para a gestão e exploração de bens do domínio público	(Ato)	502,85
1.	13.	Licença ou concessão para utilização privativa de bens do domínio público	(Ato)	64,46
1.	14.	Autorização especial para utilização de vias públicas municipais afeta ao trânsito de veículos	(Ato)	64,46
1.	15.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio por grosso	(Ato)	333,98
1.	16.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio a retalho	(Ato)	333,98
1.	17.	Autorização para inumação, exumação, transladação e cremação e outras utilizações dos cemitérios municipais	(Ato)	
1.	18.	Licença para a construção de jazigos nos cemitérios municipais	(Ato)	50,29
1.	19.	Licença para realização de outras obras nos cemitérios municipais não previsto no número anterior	(Ato)	10,06
1.	20.	Mera comunicação prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos sedentários de restauração, bebidas, comércio, serviços ou armazenagem	(Ato)	35,20
1.	21.	Autorização para dispensa prévia de requisitos legais e regulamentares conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	50,29
1.	22.	Mera comunicação prévia para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	20,11
1.	23.	Autorização para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	70,40
1.	24.	Mera comunicação prévia com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	(Ato)	20,11
1.	25.	Averbamentos em matéria não conexa com a urbanização e a edificação	(Ato)	30,17
1.	26.	Licença para afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial	(Ato)	62,76
1.	27.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos nos números anteriores	(Ato)	15,09
CAPÍTULO II				
Taxas pelo deferimento de pedidos				
2.		Elaboração e emissão de documentos administrativos:		
2.	1.	Autos	(Unidade)	10,74
2.	2.	Alvarás	(Unidade)	13,07
2.	3.	Certidões dependentes de despacho	(Unidade)	35,20
2.	4.	Certidões independentes de despacho	(Unidade)	15,09
2.	5.	Autenticação de reproduções	(Página)	2,11
2.	6.	Termos de abertura e encerramento	(Livro)	5,03
2.	7.	Termos de entrega de documentos	(Unidade)	3,52
2.	8.	Cartões ou outros documentos de identificação	(Unidade)	15,09
2.	9.	Atestados, declarações, confirmações e documentos análogos	(Unidade)	15,09
2.	10.	Elaboração e emissão de outros documentos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	15,09
2.	11.	Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:	—	
2.	11. 1.	Reprodução em DVD-R fornecido pelo Município	(Ato)	3,76
2.	11. 2.	Reprodução em CD fornecido pelo Município	(Ato)	3,76
2.	11. 3.	Reprodução em suporte digital fornecido pelo adquirente	(Ato)	3,22
3.		Diligência e prestação de serviços administrativos:	—	
3.	1.	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	(Unidade)	10,06
3.	2.	Efetivação de registos de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão	(Unidade)	125,71
3.	3.	Efetivação de outros registos não referidos no número anterior	(Unidade)	15,09
3.	4.	Outras diligências administrativas não previstas nos números anteriores	(Unidade)	15,09
3.	5.	Parte variável a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que as diligências ou os serviços a prestar impliquem pesquisa ou buscas em arquivo	(Ano)	15,09
4.		Ocupação e utilização em geral do domínio público:	—	
4.	1.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m ² /Dia)	0,0096
4.	2.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m/Dia)	0,0009
4.	3.	Ocupação em geral do solo	(m ² /Dia)	0,0476
4.	4.	Ocupação em geral do solo edificado	(m ² /Dia)	0,1398
4.	5.	Ocupação linear em geral do subsolo	(m/Dia)	0,0014
4.	6.	Ocupação em geral do subsolo	(m ² /Dia)	0,0143
4.	7.	Implantação, passagem e atravessamento de redes de comunicações eletrónicas	(%)	0,25
5.		Ocupação e utilização do domínio municipal para instalação de dispositivos publicitários:	—	
5.	1.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário até 2 m ²	(m ² /Dia)	0,53
5.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário superior a 2 m ²	(m ² /Dia)	0,53
5.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m/Dia)	0,53

Códigos		Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
5.	4.	Parte variável a crescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m ³ /Dia)	0,53
5.	5.	Painel eletrónico de informação e publicidade	(Dia)	6,84
6.		Ocupação e utilização dos cemitérios municipais:	—	
6.	1.	Inumações em covais	(Ato)	50,29
6.	2.	Inumação em jazigos	(Ato)	50,29
6.	3.	Exumações (incluindo limpeza e transladação)	(Ato)	50,29
6.	4.	Ocupação de gavetões municipais (anual)	(Ano)	26,15
6.	5.	Ocupação de gavetões municipais (a título perpétuo)	(Ato)	300,00
6.	6.	Concessão perpétua de terrenos	—	
6.	6.	1. Concessão perpétua de terrenos para sepultura	(m ²)	1.000,00
6.	6.	2. Concessão perpétua de terrenos para jazigos	(m ²)	12.186,05
6.	7.	Utilização da capela	(Funeral)	32,23
7.		Ocupação e utilização de vias públicas municipais:	—	
7.	1.	Desgaste resultante da exploração de massas minerais	(m ³)	0,70
7.	2.	Encerramento de vias rodoviárias ao trânsito	(Hora)	5,03
7.	3.	Parques de estacionamento	(lugar/15 m)	0,20
7.	4.	Parquímetros	(lugar/15 m)	0,20
TÍTULO II				
Taxas urbanísticas				
CAPÍTULO I				
Taxas pela apreciação de pedidos				
8.		Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	—	
8.	1.	Operações de loteamento com discussão pública	(Ato)	251,43
8.	2.	Operações de loteamento sem discussão pública	(Ato)	221,25
8.	3.	Obras de edificação	(Ato)	90,51
8.	4.	Obras de demolição	(Ato)	90,51
8.	5.	Obras de urbanização	(Ato)	181,03
8.	6.	Operações de destaque	(Ato)	120,68
8.	7.	Trabalhos de remodelação dos terrenos	(Ato)	90,51
8.	8.	Demolição, escavação e contenção periférica	(Ato)	90,51
8.	9.	Construção da estrutura	(Ato)	90,51
8.	10.	Conclusão de obras inacabadas	(Ato)	90,51
8.	11.	Constituição e alteração de propriedade horizontal	(Ato)	60,34
8.	12.	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	(Ato)	3.519,95
8.	13.	Instalações de centrais fotovoltaicas	(Ato)	502,85
8.	14.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	—
8.	15.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras não sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	90,51
8.	16.	Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	90,51
8.	17.	Exploração de massas minerais	(Ato)	1.025,81
8.	18.	Alinhamentos de muros e outras edificações confinantes com via pública	(Ato)	65,97
8.	19.	Autorização ou parecer quanto à localização	(Ato)	65,37
8.	20.	Auditoria para classificação de empreendimentos turísticos	(Ato)	90,51
8.	21.	Mera comunicação prévia de estabelecimentos industriais	(Ato)	90,51
8.	22.	Receção provisória e definitiva de obras de urbanização	(Ato)	120,68
8.	23.	Vistorias em geral	(Ato)	100,57
8.	24.	Prorrogações de prazo	(Ato)	30,17
8.	25.	Prestação de caução	(Ato)	30,17
8.	26.	Averbamentos em matéria de urbanização e edificação	(Ato)	35,20
8.	27.	Depósito da ficha técnica de habitação e de declarações prévias	(Ato)	25,14
8.	28.	Termos de abertura e encerramento de livro de obra	(Ato)	5,03
8.	29.	Ocupação de domínio público por motivo de obras	(Ato)	35,20
8.	30.	Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores em matéria conexa com urbanização e edificação	(Ato)	65,37
8.	31.	Parte variável a crescer às taxas previstas em 8.1. a 8.3. sempre que a apreciação incida sobre uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo:	—	—
8.	31.	1. Por área bruta de construção afeta a habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,42
8.	31.	2. Por área bruta de construção afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,66
8.	31.	3. Por área bruta de construção afeta a agricultura, indústria e armazenagem prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,25
8.	31.	4. Por área bruta de construção afeta a outro uso não referido nos números anteriores prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m ²)	0,53
8.	32.	Parte variável a crescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que a apreciação implique a realização obrigatória de uma vistoria:	—	
8.	32.	1. Por área bruta vistoriada afeta a habitação vistoriada	(m ²)	0,10
8.	32.	2. Por área bruta vistoriada afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas	(m ²)	0,15

Códigos			Descrição	Unidade de Cálculo	Valor (Euros)
8.	32.	3.	Por área bruta vistoriada afeta a agricultura, indústria e armazenamento	(m ²)	0,05
8.	32.	4.	Por área bruta vistoriada afeta a outro uso não referido nos números anteriores	(m ²)	0,18
CAPÍTULO II					
Taxas pelo deferimento de pedidos					
9.			Emissão e elaboração de documentos administrativos em matéria conexa com urbanização e edificação:	—	
9.	1.		Alvará de ocupação do domínio público por motivo de obras	(Unidade)	10,06
9.	2.		Averbamentos em geral de matéria urbanística	(Unidade)	15,09
9.	3.		Registos, autos, alvarás, certidões e outros documentos análogos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	65,37
10.			Execução de operações urbanísticas:	—	
10.	1.		Realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas	—	Anexo I-A
10.	2.		Compensações urbanísticas	—	Anexo I-B
10.	3.		Ocupação do domínio público por motivo de obras	—	Anexo I-C

ANEXO I-A

Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas (TRIU)

1 — A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TRIU = M1 \times K1 \times K2$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

a) TRIU — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;

b) M1 — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);

c) K1 — Valor da TRIU por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula: $K1 = (\beta1/\beta2) \times \beta3$;

d) K2 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de usos e de tipologia das edificações segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes do seguinte quadro:

QUADRO

Zonamento por usos e tipologia das edificações

	Percentagens
Agricultura e ou armazéns	10 %
Indústria	20 %
Habitação unifamiliar	40 %
Habitação coletiva	50 %
Comércio	60 %
Turismo	70 %
Outros fins não referidos anteriormente	100 %

3 — Para efeitos c) do número anterior entende-se por:

a) $\beta1$ — Corresponde ao valor da amortização anual do investimento municipal na realização, reforço e manutenção de infraestruturas (o cálculo deste valor baseou-se no PPI realizado no ano mais coerente com a realidade do município envolvido neste estudo e num prazo médio de vida útil dos investimentos municipais realizados nesse ano (PPI/anos vida útil);

b) $\beta2$ — Área total de construção nova ou ampliação (em metros quadrados) realizado no ano mais coerente com a realidade das Câmaras Municipais em estudo, tendo em conta uma taxa de crescimento prevista do mesmo, para os anos subsequentes ($M2 \times (1 + \text{Taxa Crescimento})$);

c) $\beta3$ — Corresponde a seguinte ponderação: $PPI/(PPI + IMI + IMT)$.

ANEXO I-B

Compensações: Taxa Devida pela Ausência de Cedências (TAC)

1 — O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a fórmula seguinte:

$$C = P \times Y$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

a) C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva, para equipamento de utilização coletiva e estacionamento;

b) P — Corresponde às seguintes percentagens relevantes do valor do preço da habitação por metro quadrado de área útil previsto nos “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira:

QUADRO

Zonamento por localização

	Percentagens
Solo urbanizado	5 %
Solo não urbano	3 %

c) Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

ANEXO I-C

Taxa devida pela ocupação de espaço público (TOP)

1 — A taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do domínio público, e é fixada em função do custo base por metro quadrado de solo não edificado, tendo ainda em conta sua localização em áreas diferenciadas, em função da área ocupada, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TOP = M1 \times Y1 \times Y2$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

a) TOP — taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas;

- b) M1 — Área de ocupação (em metros quadrados);
 c) Y1 — Cálculo do custo base por metro quadrado da ocupação de solo não edificado (COSNE) previsto nos “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira;
 d) Y2 — Coeficiente correspondente ao período de ocupação da via pública.

ANEXO II

Ficha de liquidação

Declaração sobre compromisso de honra

... ..(a), declara, sob compromisso de honra, para os efeitos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, que o pedido relativo a (b), apresenta as características discriminadas na ficha de liquidação de taxas anexa e que (c) de uma isenção de taxas, juntando em anexo o documento comprovativo da atribuição de uma isenção total ou parcial das taxas ou o documento comprovativo de ter requerido a isenção das taxas, ficando por essa razões dispensados de proceder ao pagamento prévio das taxas devidas.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a prática da contraordenação prevista e punida no Regulamento Geral de Taxas Municipais, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, _____ (d)
 _____ (e)

Instruções de preenchimento:

- (a) Indicação do nome ou denominação e morada ou sede do requerente.
 (b) Indicação sumária da natureza da pretensão.
 (c) Indicar se beneficia ou se requereu a isenção total ou parcial de taxas.
 (d) Local e data.
 (e) Assinatura conforme documento de identificação.

ANEXO III

Modelo de alvará

Alvará (a) n.º (b)

Câmara Municipal de (c)

Nos termos do artigo 62.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, é emitido o alvará n.º (b) em nome de (d), portador do (e), que titula a (f) atribuído por (g).

Condições em que o direito conferido poderá ser exercido (h):

a);

b);

O direito que o presente alvará titula é válido pelo período de (i), findo o qual o direito concedido caducará e não poderá ser exercido. O pedido de renovação do direito que o presente alvará titula deve ser efetuado até (j).

Os pedidos de averbamento dos alvarás ou de outros títulos devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que os justifiquem, sob pena de o interessado incorrer nas consequências legais e regulamentares respetivas.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos na legislação aplicável.

O ... (l).

(selo branco em uso na autarquia)

Registado na Câmara Municipal de ..., livro ..., em .../.../...

O ... (m).

Instruções de preenchimento

- (a) Indicar, conforme o caso, o direito conferido.
 (b) Indicar o número do alvará.
 (c) Indicar o nome da câmara municipal.
 (d) Nome ou denominação social do titular do alvará e respetiva morada ou sede.
 (e) Identificação do documento de identificação e do número de contribuinte ou de pessoa coletiva, consoante o caso.
 (f) Identificação sumária do direito conferido e da data da deliberação ou decisão que o conferiu.
 (g) Indicar se a atribuição ocorreu por deliberação camarária ou por despacho do presidente da câmara municipal, vereador ou dirigente

dos serviços municipais, ou mediante deferimento tácito, e respetiva (s) data (s).

(h) Indicação de eventuais condições ou condicionamentos impostos.

(i) Prazo de vigência.

(j) Período de renovação.

(l) Indicar se presidente da câmara municipal, vereador ou dirigente dos serviços municipais.

(m) Indicação da categoria e nome do funcionário.

ANEXO IV

Fundamentação Económico-Financeira

1 — Introdução

As taxas das autarquias locais são tributos que redundam da prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral Tributária ¹.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais ² determina na alínea d) do artigo 14.º, que constitui receita dos municípios o produto da cobrança de taxas. De acordo com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º do mesmo diploma legal, os municípios podem criar taxas nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais ³. A criação de taxas está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, e incide sobre utilidades prestadas às particulares geradas pela atividade das autarquias.

O valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, sem prejuízo, deste valor poder ser fixado com base em critérios de incentivo ou desincentivo, consoante visem fomentar ou desencorajar a prática de determinados atos ou procedimentos.

Tendo em conta este preceituado, o trabalho desenvolvido na fixação dos valores das taxas teve em conta a necessária proporcionalidade que deverá ser assegurado por imposição legal e constitucional e a própria jurisprudência constitucional que nesse ponto balizou o limites constitucionais do princípio da equivalência jurídica.

2 — Objetivos e metodologia

A fundamentação económico-financeira visa, portanto, identificar os custos suportados pelo Município de Alcácer do Sal com o objetivo de sustentar tecnicamente as decisões da autarquia relativamente às taxas a fixar pelo Município com referência à documentação contabilística e financeira aprovada em 31 de dezembro de 2013, com vista ao cumprimento das exigências legais dispostas no Regime Geral das Taxas da Autarquias Locais, em especial, quanto ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º que dispõe que o regulamento que crie as taxas deve conter a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Na elaboração da fundamentação económico-financeira foram assumidos pressupostos e hipóteses simplificadoras que permitissem identificar com maior rigor os custos de funcionamento das diversas unidades orgânicas, assim como dos equipamentos onde se cobram taxas, porque havia que encontrar um método que permitisse, por um lado, estimar o custo da contrapartida associada a cada taxa e, por outro lado, assegurar a necessária uniformização de critérios para os valores cobrados.

Salvo indicação em contrário, todos os cálculos foram feitos tendo por base a documentação disponibilizada pelo Município com referência ao exercício de 2013 (último exercício com contas aprovadas pelo órgão deliberativo à data da elaboração da fundamentação económico-financeira), uma vez que se considerou que a estrutura de custos deste ano se apresentava como mais representativa da estrutura de custos que está associada à autarquia.

3 — Plano de trabalhos

Tendo por objetivo determinar e suportar a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e investimentos futuros realizados ou a realizar pela autarquia, elaborou-se um plano de trabalhos que se desenvolveu norteado pelas fases que a seguir se discriminam.

3.1 — Fase Inicial

A fase inicial destinou-se a um contacto preliminar e breve com a realidade subjacente à atividade desenvolvida pela autarquia local. A existência desta fase teve como objetivo essencial a aferição e levantamento dos sistemas de taxas existentes, a caracterização do funcio-

namento dos serviços implementado e da sua relevância no âmbito do desenvolvimento das atividades económicas da autarquia. Com o início dos trabalhos foi elaborada uma listagem inicial com o pedido de vários elementos, que resumidamente apresentou a seguinte estrutura:

Regulamentos/procedimentos interno no âmbito das taxas, preços e tarifas atualmente em vigor, de forma a verificar se os futuros regulamentos não colidem com as normas assentes e práticas já instituídas.

Documentos financeiros, orçamentais, previsionais e de prestação de contas dos últimos 3 anos, incluindo elementos de contabilidade geral, analítica e orçamental (Balancetes Gerais, Balancetes Analíticos, Demonstrações Financeiras, Orçamentos anuais gerais e por atividades).

3.2 — Fase de Orientação

Nesta fase, foi realizada uma primeira reunião de forma a fazer uma primeira apresentação das propostas e respetiva base jurídica consagrada numa proposta regulamentar, com vista ao cabal esclarecimento do modelo de fundamentação económico-financeira que desenvolvemos para esta fundamentação. O trabalho de campo foi direcionado para a satisfação das necessidades inerentes ao bom andamento dos trabalhos relacionados com o tratamento de informação adicional específica, entretanto solicitada, e que teve como objetivo permitir a construção de mapas de apoio e suporte à fundamentação económica e financeira. Uma vez recolhida, organizada e sistematizada a informação, procedeu-se a contactos pontuais, para que a introdução de todos os elementos recolhidos, fossem tratados de forma correta, antes de serem introduzidos no modelo de cálculo das taxas.

Com este procedimento, conseguiu-se um maior envolvimento dos diversos intervenientes neste processo, com a consequente vantagem de uma melhor compreensão e acompanhamento da fundamentação económico-financeira, sobretudo da próprio autarquia a quem se pretendeu dar sempre uma palavra final, após os devidos esclarecimentos sobre a condução dos trabalhos.

3.3 — Fase de Trabalho de Campo

O trabalho incidiu sobre a recolha de informação e análise dos atuais centros de resultados e sistema de cobrança de taxas. Foi efetuada uma primeira análise a cada um dos regulamentos existentes na autarquia. Com esta primeira abordagem à realidade da estrutura dos serviços, o grupo de trabalho reuniu-se dos conhecimentos necessários para a condução da fase seguinte que se materializou na compilação e tratamento de toda a informação recebida. Durante esta fase, com a chegada da informação solicitada e que foi sendo enviada, a equipa técnica procedeu à análise sistemática da mesma, selecionando-se a informação relevante, para posterior tratamento informático e procedeu às atividades descritas a seguir:

- a) Identificação dos regulamentos vigentes e que têm repercussão na cobrança de taxas e outras receitas;
- b) Agrupamento das várias taxas/receitas por referência às espécies previstas no RFAL e respetiva organização;
- c) Levantamento dos proveitos associados à cobrança das taxas por referência aos últimos 3 anos;
- d) Análise da orçamentação prevista;
- e) Análise do grau de cumprimento dos orçamentos anteriores;
- f) Levantamento do pessoal afeto aos serviços;
- g) Levantamento do investimento efetuado;
- h) Análise dos programas plurianuais de investimento existentes;
- i) Análise dos sistemas de informação existentes.

Assim, de forma a serem preparados os mapas da versão final do modelo base de cálculo das taxas, procedeu-se à construção de folhas de trabalho resumo com base na informação inicialmente tratada. Este passo teve como objetivo uma primeira aproximação à versão final da fundamentação, bem como a aferição dos elementos contabilísticos fornecidos. Posteriormente, procedeu-se, à reorganização da tabela e da proposta regulamentar.

4 — Pressupostos e Condicionantes

4.1 — Critérios de imputação de custos

A primeira tarefa inerente à elaboração da fundamentação económico-financeira teve em vista identificar os custos associados ao funcionamento dos serviços com o objetivo de sustentar tecnicamente as decisões da autarquia relativamente às taxas a fixar com vista ao cumprimento das exigências legais dispostas no Regime Geral das Taxas da Autarquias Locais, em especial, quanto ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º deste diploma legal, que dispõe que o regulamento que crie as taxas deve conter a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os

encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

De acordo com o organograma apresentado e informações adicionais fornecidas pela autarquia foram identificadas os vários centros de custo com o pessoal que constam expresso nos mapas anexos a esta fundamentação económico-financeira.

A luz dos dados que nos foram disponibilizados promoveu-se a escolha de indicadores de base específica que apresentem uma correlação estatística significativa com a distribuição equitativa dos benefícios das atividades sujeitas a tributação por forma a possibilitar a divisibilidade e a quantificação das utilidades prestadas ou geradas pela atividade produzida pela autarquia.

Optou-se por critérios de imputação nos termos que se encontram definidos na parte escrita da fundamentação e nos mapas em anexo para estimar e quantificar as utilidades geradas em favor dos beneficiários da atividade objeto de tributação por ser, entre os critérios possíveis, aqueles que estabelecem uma melhor relação entre a contrapartida e os respetivos benefícios e o único que se revelava técnica e economicamente viável à luz da informação estatística controlada diretamente pela autarquia.

Aos valores alcançados, tendo em conta que se teve por referência a documentação disponibilizada pelo Município com referência ao exercício de 2013, aplicou-se às quantias constantes do mapa VII da fundamentação económico-financeira uma taxa de inflação de 0,57 %, que corresponde à taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor (continente, exceto habitação) dos 12 meses reportado ao mês de dezembro de 2016.

Taxas Administrativas Gerais

Para o apuramento do valor final das taxas procedeu-se à conversão dos custos em valores por minuto e a sua multiplicação pelo número de minutos despendidos na execução de cada ato. O critério adotado neste âmbito consubstancia o pressuposto de que o funcionário para exercer determinada tarefa utiliza num determinado período de tempo os recursos disponíveis do município e a sua função é suportada por outros setores que prestam serviços internos à sua unidade orgânica. Uma vez apurado o custo total da atividade pública local para cada taxa procedeu-se a uma análise comparativa entre este e os valores das taxas, inferindo-se coeficientes para o benefício auferido pelo particular, para a percentagem do custo suportado pelo Município (a chamada isenção para a promoção do desenvolvimento local) sempre que o custo da atividade pública local é superior ao valor das taxas aplicadas — e para o desincentivo à prática de certos atos ou operações — sempre que o custo da atividade pública local suportado pelo interessado é doseado no valor final das taxas aplicadas à luz desses critérios legais. Taxas pela ocupação e cedência do domínio municipal.

Para achar um critério de imputação dos custos com a aquisição de imóveis e o seu impacto no valor das taxas que servem de contrapartida pela utilização do domínio municipal, para além da utilização do critério do custo por minuto e a sua multiplicação pelo número de minutos despendidos na gestão de um determinado espaço do domínio quando tal se justifique, optou-se, na falta de dados atualizados quanto ao valor dos imóveis, por ter como referencial os preços da habitação por metro quadrado de área útil na zona do país onde se localiza a autarquia (que incluem os custos da construção e o valor do terreno e que embora válidos para a habitação, também devem ser aplicados em geral aos custos de construção para escritórios e estabelecimentos comerciais) fixando o valor do custo mensal por metro quadrado de acordo com uma taxa máxima de rendibilidade do investimento efetuado de 8 %.

A taxa máxima de rendibilidade teve com referencial os critérios utilizados na renda base condicionada, o qual constitui indicador indireto do nível de preços não especulativos no mercado de habitação e cujo objetivo foi estabelecer um valor moderado de renda, que de acordo com estudos efetuados, aponta em termos médios, para cerca de metade do valor de mercado.

O cálculo do custo base por metro quadrado de área de construção de edifícios integrados no domínio público ou privado foi efetuado tendo por base preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado pelo valor da taxa máxima de rendibilidade de 8 % dividido por 365 dias do ano nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo.

O cálculo do custo base por metro quadrado pela ocupação de área de solo integrado no domínio municipal (área não edificada) foi efetuado tendo por base 34 % do preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado pelo valor da taxa máxima de rendibilidade de 8 % dividido por 365 dias do ano nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo. A percentagem relevante para apurar o valor do solo não edificado teve em conta os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações.

Na fixação do valor das várias categorias de solo não edificado adotou-se uma percentagem de 34 % do valor do solo edificado tendo em conta

os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações, utilizando-se ainda os seguintes referenciais assentes em pressupostos teóricos:

- a) Ocupação solo linear = 10 % do valor da ocupação do solo não edificado;
- b) Ocupação de subsolo = 30 % do valor da ocupação do solo não edificado;
- c) Ocupação linear de subsolo = 10 % do valor da ocupação do subsolo;
- d) Ocupação de espaço aéreo = 20 % do valor do solo;
- e) Ocupação linear de espaço aéreo = 10 % do valor da ocupação do espaço aéreo.

O cálculo do custo base por metro quadrado pela cedência de área de solo integrado no domínio municipal (área não edificada) foi efetuado tendo por base 15 % do preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo. Também aqui a percentagem relevante para apurar o valor do solo não edificado teve em conta os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações. Taxas Urbanísticas

As taxas municipais que integram o capítulo da Taxas Urbanísticas agrupam-se em quatro grandes grupos:

Taxas Administrativas Urbanísticas, como contrapartida pelo serviço prestado pelo setor urbanístico do Município e que refletem os custos diretos e indiretos suportados;

- a) Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU), referente à compartição na realização, manutenção e reforço dos equipamentos e infraestruturas gerais do Município;
- b) A Taxa devida pela Ausência de Cedências (TAC), como compensação a pagar ao município pela ausência de cedências para espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva e estacionamento;
- c) A Taxa devida pela Ocupação de espaço Público (TOP), como contrapartida pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas.

Tendo em conta o disposto no Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação procedeu-se à reformulação e cálculo das taxas que integram o capítulo das taxas urbanísticas para que, quer as taxas administrativas urbanísticas, quer a taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas reflitam os seus custos e a comparticipação que é exigida aos agentes económicos por cada operação urbanística que efetuem.

Desta forma as taxas administrativas urbanísticas passam a refletir de forma clara, transparente e proporcional a totalidade dos custos correspondentes, à entrada do pedido, aperfeiçoamento e à tramitação dos mesmos, bem como a apreciação pelos funcionários do Município do pedido e por último a emissão dos títulos ou outro documento administrativo.

Por outro lado a o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 116.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação obrigam a necessidade de se apresentar a fundamentação económica específica da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas. A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, as infraestruturas locais que servem a operação urbanística, a sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TRIU = M1 \times K1 \times K2 \times K3 \times K4$$

- a) TRIU — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;
- b) M1 — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);
- c) K1 — Valor da TRIU por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = (\beta1/\beta2) \times \beta3$$

- c.1) $\beta1$ — Corresponde ao valor da amortização anual do investimento municipal na realização, reforço e manutenção de infraestruturas; o cálculo deste valor baseou-se no PPI realizado no ano mais coerente com a realidade do Município em análise e num prazo médio de vida útil dos investimentos municipais realizados nesse ano (PPI/anos vida útil);
- c.2) $\beta2$ — Área total de construção nova ou ampliação (em metros quadrados) realizado no ano mais coerente com a realidade do Município em estudo, tendo em conta uma taxa de crescimento prevista do mesmo, para os anos subsequentes ($M2 \times (1 + \text{Taxa Crescimento})$);
- c.3) $\beta3$ — Corresponde a seguinte ponderação: $PPI/(PPI + IMI + IMT)$;

d) K2 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município e que assume os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar;

e) K3 — Coeficiente que traduz as infraestruturas existentes e que assume os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar;

f) K4 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de usos e tipologias segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar.

Os coeficientes de diferenciação da TRIU acima referidos foram previamente propostos e discutidos com os serviços municipais, tendo por base pressupostos teóricos.

A Taxa devida pela Ausência de Cedências corresponde a uma compensação a pagar ao município pela ausência de cedências para espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva e estacionamento. O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a fórmula seguinte:

$$C = P \times Y;$$

a) C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva, para equipamento de utilização coletiva e estacionamento;

b) P — Corresponde a 15 % do valor do preço da habitação por metro quadrado de área útil previsto no Mapa “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira;

c) Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

A taxa para a ocupação da via pública para realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do domínio público, e é fixada em função do custo base por metro quadrado de solo não edificado, tendo ainda em conta sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área ocupada, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TOP = M1 \times Y1 \times Y2 \times Y3$$

- a) M1 — Área de ocupação (em metros quadrados);
- b) Y1 — Cálculo do custo base por metro quadrado de solo não edificado (CSNE);
- c) Y2 — Coeficiente correspondente ao período de ocupação da via pública;
- d) Y3 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município, assumindo os valores constantes no Anexo I-C da parte regulamentar.

5 — Conclusões

Importa, por último, aferir se os critérios de imputação selecionados respeitam os princípios da legalidade tributária, equivalência jurídica, igualdade e proporcionalidade decorrentes da lei e da Constituição.

A relação sinalagmática, típica das taxas, entre o benefício recebido e a quantia paga não implica uma equivalência económica rigorosa entre ambos, mas não pode ocorrer uma desproporção que, pela sua dimensão, demonstre com clareza que não existe entre aquele benefício e a quantia paga a correspondência ínsita numa relação sinalagmática conforme constitui jurisprudência constante dos tribunais tributários e do Tribunal Constitucional.

Nomeadamente, o que está em causa, em primeiro lugar, para determinar se o tributo tem natureza de taxa, é, no caso concreto, se o benefício auferido por parte do sujeito passivo da relação jurídica tributária é efetuada no interesse próprio do mesmo, seja ou não exclusivo.

O princípio da igualdade é um dos princípios estruturantes do sistema constitucional português. O princípio da igualdade obriga a que se trate por igual o que for necessariamente igual e como diferente o que for essencialmente diferente, não impedindo a diferenciação de tratamento, mas apenas as discriminações arbitrárias, irrazoáveis, ou seja, as distinções de tratamento que não tenham justificação e fundamento material bastante.

O princípio da proporcionalidade é explicitado como princípio material informador e conformador da atividade administrativa. De acordo com o mesmo, na atuação administrativa terá de existir uma proporção adequada entre os meios empregues e o fim que se pretende atingir.

Os critérios e subcritérios de imputação escolhidos para fundamentar o valor concreto das taxas tiveram por base uma correlação estatística significativa entre o valor da taxa em abstrato e a distribuição dos respetivos benefícios, bem como, tendo ainda em conta a intensidade pressuposta, num espírito de razoabilidade, do benefício auferido, pelo que, salvo melhor opinião, a criação das taxas e a determinação do seu valor encontra-se devidamente enformada pelo respeito aos princípios da legalidade tributária, da equivalência jurídica, da igualdade e da proporcionalidade decorrentes da lei e da Constituição.

Mapas Anexos da Fundamentação Económico-Financeira

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

ÍNDICE	
Mapas	
Mapa I	Pressupostos
Mapa II	Balancete de Custos
Mapa III	Custos com o Pessoal
Mapa IV	Amortizações Totais
Mapa V	Custos Diretos
Mapa VI	Custos Diretos Indiretamente Afetos
Mapa VII	Cálculo das taxas

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Pressupostos	
Divisões	
De acordo com o organigrama apresentado e informações adicionais fornecidas pelo Município foram identificadas as seguintes divisões:	
A	Administração Autárquica
B	Div. Administrativa e Financeira
C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos
D	Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística
E	Divisão de Educação, Cultura e Desporto

Imputações		
Não havendo contabilidade de custos optou-se por um critério de imputação baseado no peso relativo do pessoal afeto a cada divisão da qual resultou a seguinte distribuição:		
Divisões	Mapa I	Mapa III
Administração Autárquica	12,98%	12,98%
Div. Administrativa e Financeira	10,78%	10,78%
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	42,63%	42,63%
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	8,11%	8,11%
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	25,51%	25,51%

Cálculos Auxiliares

Procedeu-se ao cálculo do período de trabalho anual em minutos através da seguinte fórmula: minutos trabalhados = 52 semanas x 5 dias x 8 horas x 60 minutos - (25 dias de férias + 8 feriados) x 8 horas x 60 minutos = 107.040 minutos.

Cálculo do período de trabalho anual em minutos		
124.800	Minutos trabalhados no ano	
-	Minutos descontados	
15.840	Minutos por funcionário	
108.960		

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Pressupostos

Para achar um critério de imputação dos custos optou-se por efetuar uma ponderação entre o total das receitas do Município e o total das receitas resultantes das taxas. O cálculo do fator de ponderação de imputação dos custos foi efetuado com base na proporção encontrada entre as receitas geradas pelas taxas e o total das receitas do Município, nos seguintes termos:

Cálculo do fator de ponderação das receitas		
899.867,62	Receitas resultantes das taxas	
17.228.091,47	Total de receitas	
5,22%	Fator de ponderação ⁽¹⁾	

⁽¹⁾ - (Receitas resultantes das taxas / Total de receitas) + Majoração

Partindo dos valores inscritos na conta 64 - Custos com o pessoal, foi apurado o custo por minuto de cada divisão. A imputação foi efetuada pelo número de minutos despendido em cada unidade orgânica e por taxa.

Cálculo do custo com pessoal por minuto		
6.002.224,53	Custo com pessoal	
360	Número de funcionários	
108.960	Minutos trabalhados por funcionário	
0,1530	Custo minuto por funcionário ⁽²⁾	

⁽²⁾ - (custo com pessoal / número de funcionarios) / minutos trabalhados por funcionário

Vidé nota explicativa no mapa VII.

Cálculo do TRIU		
3.241.136,23	Valor do PPI	
2.088.782,23	Receita IMI	
1.010.614,00	Receita IMT	
20	Anos de Amortização	
5,00%	Coefficiente de Desenvolvimento	
6.962,66	M ² edificados no ano	
11,33	Valor do TRIU ⁽³⁾	

⁽³⁾ - ((valor do PPI/Anos de Amort.) / (M² edificados no ano x (1 + Coeficiente de desenv.)) * (valor do PPI / (valor do PPI + receita IMI + receita IMT))

Custos bases pela ocupação e cedência do domínio municipal

A explicação dos pressupostos que estiveram na base do cálculo dos custos base pela ocupação e cedência do domínio municipal consta expressa na parte escrita da fundamentação económico-financeira.

Custo base pela ocupação por metro quadrado de área de construção (COAC)		
634,41	Preço da habitação por metro quadrado de área útil (2014)	
0,08	Taxa máxima de rendibilidade	
365	Dias	
	0,13905 € COAC/dia	
Custo base pela ocupação por metro quadrado de solo não edificado (COSNE)		
634,41	Preço da habitação por metro quadrado de área útil (2014)	
0,08	Taxa máxima de rendibilidade	
365	Dias	
0,34	Percentagem relevante do custo por m ² de construção	
	0,04728 € COSNE/dia	

Outros custos base por ocupação e cedência de domínio municipal

0,00473 €	Custo base pela ocupação por metro linear de solo não edificado/dia (COSLNE)
0,01418 €	Custo base pela ocupação por metro quadrado de subsolo/dia (COSS)
0,00142 €	Custo base pela ocupação por metro linear de subsolo/dia (COLSS)
0,00946 €	Custo base pela ocupação por metro quadrado de espaço aéreo/dia (COEA)
0,00095 €	Custo base pela ocupação por metro linear de espaço aéreo/dia (COLEA)
95,16150 €	Custo base pela cedência por metro quadrado de solo não edificado (CCSNE)

MAPA I

Balancete de Custos

Procedeu-se à imputação dos custos a cada uma das divisões tendo em conta a percentagem que resulta do peso relativo do pessoal afeto a cada divisão e o fator de imputação dos custos resultante da ponderação entre o total das receitas do Município e o total das receitas resultantes das taxas.

Para o apuramento destes valores não concorreram os valores inscritos nas contas 63 (Impostos) e conta 69 (Custos extraordinários) pelo facto de os respetivos valores não serem imputáveis no cálculo do custo, bem como os valores das contas 64 (custos com o pessoal) e conta 66 (amortizações) as quais serviram de base ao cálculo do Mapa III Amortizações e do cálculo do “custo minuto por funcionário”

POCAL	Descrição	Valor	Não Imputáveis		Imputação				
			Taxa	Valor	Administração Autárquica	Div. Administrativa e Financeira	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	Servs. de Salub., Comod e Abast. Púb.	Divisão de Educação, Cultura e Desporto
61+62+65+67+68	Valores das contas 61+62+65+67+68	5.265.594,85		4.990.559,26	35.687,92	29.638,46	117.239,52	22.305,11	70.164,58
61	CMVMC	818.779,80		776.012,82	5.549,33	4.608,67	18.230,30	3.468,36	10.910,32
612	Mercadorias	—		—	—	—	—	—	—
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	818.779,80		776.012,82	5.549,33	4.608,67	18.230,30	3.468,36	10.910,32
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.304.974,01		4.080.114,12	29.177,25	24.231,41	95.851,11	18.235,91	57.364,21
621	Subcontratos	—		—	—	—	—	—	—
622	Fornecimentos e Serviços	4.304.974,01		4.080.114,12	29.177,25	24.231,41	95.851,11	18.235,91	57.364,21
62211	Electricidade	742.860,55		704.059,03	5.034,79	4.181,34	16.539,94	3.146,76	9.898,69
62212	Combustíveis	347.429,42		329.282,29	2.354,73	1.955,58	7.735,59	1.471,71	4.629,53
62213	Água	631.161,25		598.194,07	4.277,74	3.552,62	14.052,93	2.673,60	8.410,29
62214	Outros fluidos	144,67		137,11	0,98	0,81	3,22	0,61	1,93
62215	Ferramentas e Ut. Desgaste rápido	1.740,19		1.649,29	11,79	9,79	38,75	7,37	23,19
62216	Livros e documentação Técnica	231,28		219,20	1,57	1,30	5,15	0,98	3,08
62217	Material de escritório	10.562,85		10.011,13	71,59	59,46	235,18	44,74	140,75
62218	Artigos para oferta	33.406,87		31.661,95	226,42	188,04	743,81	141,51	445,15
62219	Rendas e alugueres	9.511,31		9.014,51	64,46	53,54	211,77	40,29	126,74
62220	Outros Bens	108.399,39		102.737,41	734,68	610,15	2.413,53	459,18	1.444,43
62221	Despesas de representação	861,00		816,03	5,84	4,85	19,17	3,65	11,47
62222	Comunicação	198.879,42		188.491,43	1.347,92	1.119,43	4.428,09	842,46	2.650,09
62223	Seguros	82.022,64		77.738,38	555,91	461,68	1.826,25	347,45	1.092,96
62224	Royalties	—		—	—	—	—	—	—
62225	Transportes de mercadorias	547,29		518,70	3,71	3,08	12,19	2,32	7,29
62226	Transportes de pessoal	29.055,00		27.537,38	196,92	163,54	646,92	123,08	387,16
62227	Deslocações e estadas	2.000,90		1.896,39	13,56	11,26	44,55	8,48	26,66
62229	Honorários	—		—	—	—	—	—	—
62231	Contencioso e notariado	987,41		935,84	6,69	5,56	21,98	4,18	13,16
62232	Conservação e reparação	137.528,35		130.344,89	932,11	774,11	3.062,10	582,57	1.832,58
62233	Publicidade e propaganda	43.614,60		41.336,50	295,60	245,49	971,09	184,75	581,17
62234	Limpeza, higiene e conforto	334.111,24		316.659,75	2.264,46	1.880,61	7.439,05	1.415,30	4.452,07
62235	Vigilância e segurança	9.259,55		8.775,90	62,76	52,12	206,17	39,22	123,38
62236	Trabalhos especializados	187.805,91		177.996,33	1.272,87	1.057,10	4.181,54	795,55	2.502,53
622361	Serviços de Animação Cultural	729,72		691,60	4,95	4,11	16,25	3,09	9,72
622362	Controlo Analítico de Águas	10.987,05		10.413,17	74,47	61,84	244,63	46,54	146,40
622363	Controlo Metrológico	26.153,31		24.787,26	177,26	147,21	582,31	110,79	348,50
622364	Serviços de Assistência e Manutenção	355,64		337,06	2,41	2,00	7,92	1,51	4,74
622366	Taxa Manutenção e Assistência Informática	585,83		555,23	3,97	3,30	13,04	2,48	7,81
622367	Iluminação pública	256,25		242,86	1,74	1,44	5,71	1,09	3,41
622369	Outros Trabalhos Especializados	149.937,66		142.106,03	1.016,21	843,95	3.338,39	635,14	1.997,93
62237	Tratamento de resíduos sólidos	6,84		6,48	0,05	0,04	0,15	0,03	0,09
62238	Alimentação — Refeições Confeccionadas	3.541,77		3.356,78	24,00	19,94	78,86	15,00	47,19
62239	Jornais e Revistas/Biblioteca	566,32		536,74	3,84	3,19	12,61	2,40	7,55
62240	Produtos Químicos, Farmacêuticos/Vendidos em Farmácias	9.183,17		8.703,51	62,24	51,69	204,47	38,90	122,37
62241	Transportes	252.681,52		239.483,31	1.712,57	1.422,27	5.626,00	1.070,36	3.367,01
62242	Alimentação — Géneros para Confeccionar	30.163,87		28.588,33	204,44	169,78	671,60	127,77	401,94
62243	Material de Educação, Cultura e Recreio	26.414,95		25.035,23	179,03	148,68	588,13	111,89	351,98
62244	Assistência Técnica	71.889,46		68.134,49	487,24	404,64	1.600,63	304,52	957,93
62245	Serviços de Saúde	18.000,00		17.059,81	122,00	101,32	400,77	76,25	239,85
62290	Encargos de cobrança	94.426,16		89.494,04	639,98	531,50	2.102,42	399,99	1.258,24
62298	Outros Fornecimentos e Serviços	910.263,58		862.718,17	6.169,37	5.123,60	20.267,20	3.855,89	12.129,35
63	Transf. Subs. Correntes Conc. Prest. Sociais	2.329.976,08	N/I	—	—	—	—	—	—
64	Custos com pessoal	6.002.224,53	N/I	—	—	—	—	—	—
65	Outros custos e perdas operacionais	23.287,97		22.071,58	157,84	131,08	518,51	98,65	310,31
651	Impostos e taxas	15.862,23		15.033,71	107,51	89,28	353,18	67,19	211,37
6511	Impostos sobre o rendimento	2.249,75		2.132,24	15,25	12,66	50,09	9,53	29,98
6512	Emolumentos	11.645,27		11.037,01	78,93	65,55	259,28	49,33	155,17
6513	Outras Taxas	9.592,39		9.091,36	65,01	53,99	213,58	40,63	127,82
6519	Outros Impostos e Taxas Diversas	415,00		393,32	2,81	2,34	9,24	1,76	5,53
652	Quotizações	4.756,00		4.507,58	32,23	26,77	105,89	20,15	63,37
658	Outros custos e perdas operacionais	4.059,56		3.847,52	27,51	22,85	90,39	17,20	54,09
66	Amortizações do exercício	2.111.486,97	N/I	—	—	—	—	—	—
67	Provisões do exercício	51.951,20		49.237,66	352,10	292,42	1.156,70	220,07	692,25

POCAL	Descrição	Valor	Não Imputáveis		Imputação				
			Taxa	Valor	Administração Autárquica	Div. Administrativa e Financeira	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	Serv. de Saub., Comod e Abast. Púb.	Divisão de Educação, Cultura e Desporto
671	Para cobrança duvidosa	51.951,20		49.237,66	352,10	292,42	1.156,70	220,07	692,25
68	Custos e perdas financeiras	66.601,87		63.123,08	451,40	374,88	1.482,90	282,13	887,48
681	Juros suportados	62.436,67		59.175,44	423,17	351,44	1.390,17	264,48	831,97
6811	Em moeda nacional	16.371,66		15.516,52	110,96	92,15	364,52	69,35	218,15
68111	De curto prazo			—	—	—	—	—	—
68112	De médio e Longo Prazo	16.371,66		15.516,52	110,96	92,15	364,52	69,35	218,15
6812	Outros Juros	46.154,00		43.743,25	312,81	259,79	1.027,63	195,51	615,01
683	Amortizações de investimentos em imóveis	2.940,74		2.787,14	19,93	16,55	65,48	12,46	39,19
688	Outros custos e perdas operacionais	1.224,46		1.160,50	8,30	6,89	27,26	5,19	16,32
6881	Serviços Bancários	1.224,46		1.160,50	8,30	6,89	27,26	5,19	16,32
69	Custos e perdas extraordinários	729.549,85	N/I	—	—	—	—	—	—

MAPA II

Custos com o Pessoal

O apuramento dos custos com o pessoal partindo da identificação do número de funcionários afetos a cada divisão do Município, abrangeu os custos com o pessoal respeitantes aos abonos tal como fornecidos pelo Município e retirados das fichas cadastrais, nos termos seguintes:

Secção	N.º Funcionários	Abonos
--------	------------------	--------

Administração Autárquica

Câmara Municipal	8	175.763,09
Gabinete apoio às atividades económicas e turismo	5	82.885,10
Gabinete de Apoio à Presidência	12	159.190,65
Gabinete Informação e Relações Públicas	8	118.417,98
Gabinete Informática	3	39.951,54
Gabinete Jurídico	1	15.073,69
Gabinete Veterinário	1	12.588,82

Divisão Administrativa e Financeira

Divisão Gestão Administrativa e Financeira	31	448.913,52
Divisão Recursos Humanos	2	52.595,22

Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos

Divisão de obras municipais e serviços urbanos	29	370.386,33
Setor água e esgotos	23	277.102,56
Setor Amb. Planeamento	44	501.874,39
Setor local Torrão	26	254.624,67
Unidade Municipal de serviços de apoio	49	579.807,55

Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística

Divisão Planeamento e Gestão Urbanística	20	377.422,00
--	----	------------

Divisão de Educação, Cultura e Desporto

Agrupamento de escolas Alcácer do Sal	41	326.846,37
Agrupamento de escolas Torrão	2	15.638,66
Setor Arquivo Património Cultural	10	151.744,73
Setor biblioteca arquivo	11	155.989,82
Setor cultura eventos	2	30.073,77
Setor de Desporto	18	265.621,37
Setor Educação Ação social	14	241.331,46

MAPA III

Amortizações

Para apuramento dos custos das amortizações começou-se por imputar o custo das amortizações às divisões de acordo com o critério

adotado e que se baseou na percentagem que resulta do peso relativo do pessoal afeto a cada divisão.

POCAL	Descrição	Valor	Não Imputáveis		Imputação				
			Taxa	Valor	Administração Autárquica	Div. Administrativa e Financeira	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	Serv. de Saub., Comod e Abast. Púb.	Divisão de Educação, Cultura e Desporto
60201	Edifícios	388.740,48		368.654,52	2.044,85	2.188,22	8.655,83	1.644,79	5.180,27
60202	Outros construçoes	259.194,71		245.656,31	1.756,71	1.638,03	5.771,02	1.007,93	3.453,80
6021	Equipamento básico	155.343,38		147.229,40	1.022,85	874,38	3.450,75	658,04	2.009,97
6024	Equipamento transporte	244.642,13		231.863,84	1.638,08	1.377,02	5.447,01	1.058,31	3.259,88
6025	Ferromentaria e Utensílios	18.838,41		17.854,43	127,68	106,04	401,44	79,80	251,02
6026	Equipamento Administrativo	88.313,05		87.356,51	124,12	103,08	407,74	77,57	244,02
6028	Outros emblemas e copias	65.707,91		62.301,12	445,05	376,36	1.465,00	276,72	876,76
6033	Outros construçoes e infra-estruturas	950.272,63		900.637,44	6.440,54	5.348,80	21.158,01	4.025,36	12.602,48
6035	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.017,82		944,66	6,90	5,73	22,46	4,51	15,56
6039	Outros bens de domínio público	9.306,43		8.820,33	63,07	53,58	207,21	39,42	124,01

MAPA IV

Custos Totais

Foi efetuado o cálculo do custo por minuto em relação aos Custos Gerais e às Amortizações. Partindo do valor do custo por cada divisão calculou-se o custo por minuto, dividindo este valor pelo número de minutos de trabalho anual, nos seguintes termos:

Custos Gerais

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Administração Autárquica	35.687,92	0,33	12,98 %
Div. Administrativa e Financeira	29.638,46	0,27	10,78 %
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	117.239,52	1,08	42,63 %
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	22.305,11	0,20	8,11 %
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	70.164,58	0,64	25,51 %
Total	275.035,59		100,00 %

Amortizações

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Administração Autárquica	14.310,74	0,13	12,98 %
Div. Administrativa e Financeira	11.884,93	0,11	10,78 %
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	47.012,68	0,43	42,63 %

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	8.944,28	0,08	8,11 %
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	28.135,78	0,26	25,51 %
Total	110.288,41		100,00 %

MAPA V

Custos Diretos

Código Custo	Designação	Valor
C.01	Custo base pela ocupação por metro quadrado de área de construção/dia (COAC)	0,13905 €
C.02	Custo base pela ocupação por metro quadrado de solo não edificado/dia (COSNE)	0,04728 €
C.03	Custo base pela ocupação por metro linear de solo não edificado/dia (COSLNE)	0,00473 €
C.04	Custo base pela ocupação por metro quadrado de subsolo/dia (COSS)	0,01418 €
C.05	Custo base pela ocupação por metro linear de subsolo/dia (COLSS)	0,00142 €
C.06	Custo base pela ocupação por metro quadrado de espaço aéreo/dia (COEA)	0,00946 €
C.07	Custo base pela ocupação por metro linear de espaço aéreo/dia (COLEA)	0,00095 €
C.08	Custo base pela cedência por metro quadrado de solo não edificado (CSNE)	95,16150 €

MAPA VI

Custos Diretos Indiretamente Afetos

Custos Totais			
Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Administração Autárquica	49.998,66	0,46	12,98%
Div. Administrativa e Financeira	41.523,39	0,38	10,78%
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	164.252,20	1,51	42,63%
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	31.249,39	0,29	8,11%
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	98.300,35	0,90	25,51%
Total	385.324,00		100,00%

Custos Diretos			
Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Administração Autárquica	-	-	0,00%
Div. Administrativa e Financeira	-	-	0,00%
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	-	-	0,00%
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	-	-	0,00%
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	-	-	0,00%
Total	-		0,00%

Custos Diretos Indiretamente Afetos			
Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Administração Autárquica	49.998,66	0,46	12,98%
Div. Administrativa e Financeira	41.523,39	0,38	10,78%
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	164.252,20	1,51	42,63%
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística	31.249,39	0,29	8,11%
Divisão de Educação, Cultura e Desporto	98.300,35	0,90	25,51%
Total	385.324,00		100,00%

MAPA VII

Cálculo das Taxas

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Atos		Custos		Custos Diretos Indiretamente Afetos	Total Custos	Variáveis		Valor (Euros)	Valor 2017 (Euros)
			Tempo	Divisão Aléxia	Código C. Direto	C. Pessoal			Outros Custos Diretos	Isenção PDL (*)		
	TÍTULO I											
	Taxas em geral											
	CAPÍTULO I											
	Taxas pela apreciação de pedidos											
1.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	-										
1.	Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes	(Ato)	100,00	B		15,30	38,11	53,41	81,28 %		10,06	10,06
1.	Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados	(Ato)	100,00	B		15,30	38,11	53,41	81,28 %		10,06	10,06
1.	Licença para exercício da atividade de guarda-noturno	(Ato)	100,00	B		15,30	38,11	53,41	81,28 %		10,06	10,06
1.	Licença especial de ruído	(Ato)	200,00	B		30,60	76,22	106,82	90,64 %		10,06	10,06
1.	Licença ou comunicação prévia para realização de acampamentos ocasionais	(Ato)	200,00	B		30,60	76,22	106,82	37,50 %		66,76	67,14
1.	Licença para realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre.	(Ato)	100,00	B		15,30	38,11	53,41	81,28 %		10,00	10,00

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Atos		Custos			Custos Diretos Indiretamente Afetos	Total Custos	Variáveis		Valor (Euros)	Valor 2017 (Euros)
			Tempo	Divisão Afeta	Código C. Direto	C. Pessoal	Outros Custos Diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo		
1. 7.	Licença para realização de espetáculos alternativos	(Ato)	2.850,00	B		436,10	—	1.086,10	1.522,20	1,46 %		1.500,00	1.508,55
1. 8.	Licença para realização de fogueiras tradicionais de Natal e dos Santos Populares	(Ato)	30,00	B		4,59	—	11,43	16,02	100,00 %		—	
1. 9.	Licença para o uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho e eliminação de sobrantes de exploração não amontoados	(Ato)	30,00	B		4,59	—	11,43	16,02	46,95 %		8,50	8,55
1. 10.	Licença ou autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos	(Ato)	62,00	B		9,49	—	23,63	33,11	0,01 %		33,11	33,30
1. 11.	Licença de veículos afetos aos transportes em táxi	(Ato)	400,00	B		61,21	—	152,44	213,64	11,07 %		190,00	191,08
1. 12.	Licença para a gestão e exploração de bens do domínio público	(Ato)	1.000,00	B		153,02	—	381,09	534,11	6,39 %		500,00	502,85
1. 13.	Licença ou concessão para utilização privativa de bens do domínio público	(Ato)	120,00	B		18,36	—	45,73	64,09	0,00 %		64,09	64,46
1. 14.	Autorização especial para utilização de vias públicas municipais afeta ao trânsito de veículos	(Ato)	120,00	B		18,36	—	45,73	64,09	0,00 %		64,09	64,46
1. 15.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio por grosso	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	0,00 %		332,09	333,98
1. 16.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio a retalho	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	0,00 %		332,09	333,98
1. 17.	Autorização para inumação, exumação, transladação e cremação e outras utilizações dos cemitérios municipais	(Ato)	241,00	C		36,88	—	363,30	400,17	100,00 %		—	
1. 18.	Licença para a construção de jazigos nos cemitérios municipais	(Ato)	241,00	C		36,88	—	363,30	400,17	87,51 %		50,00	50,29
1. 19.	Licença para realização de outras obras nos cemitérios municipais não previsto no número anterior	(Ato)	241,00	C		36,88	—	363,30	400,17	97,50 %		10,00	10,06
1. 20.	Mera comunicação prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos sedentários de restauração, bebidas, comércio, serviços ou armazenagem	(Ato)	182,00	B		27,85	—	69,36	97,21	63,99 %		35,00	35,20
1. 21.	Autorização para dispensa prévia de requisitos legais e regulamentares conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	200,00	B		30,60	—	76,22	106,82	53,19 %		50,00	50,29
1. 22.	Mera comunicação prévia para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	200,00	B		30,60	—	76,22	106,82	81,28 %		20,00	20,11
1. 23.	Autorização para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	200,00	B		30,60	—	76,22	106,82	34,47 %		70,00	70,40
1. 24.	Mera comunicação prévia com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	(Ato)	80,00	C		12,24	—	120,60	132,84	84,94 %		20,00	20,11
1. 25.	Averbamentos em matéria não conexas com a urbanização e a edificação	(Ato)	100,00	B		15,30	—	38,11	53,41	43,83 %		30,00	30,17
1. 26.	Licença para afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial	(Ato)	140,00	B		21,42	—	53,35	74,77	16,55 %		62,40	62,76
1. 27.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos nos números anteriores	(Ato)	38,00	B		5,81	—	14,48	20,30	26,09 %		15,00	15,09
	CAPÍTULO II												
	Taxas pelo deferimento de pedidos												
2.	Elaboração e emissão de documentos administrativos:												
2. 1.	Autos	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	60,01 %		10,68	10,74
2. 2.	Alvarás	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	51,32 %		13,00	13,07
2. 3.	Certidões dependentes de despacho	(Unidade)	150,00	B		22,95	—	57,16	80,12	56,31 %		35,00	35,20
2. 4.	Certidões independentes de despacho	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
2. 5.	Autenticação de reproduções	(Página)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	92,14 %		2,10	2,11

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Atos		Custos			Custos Diretos Indiretamente Afetos	Total Custos	Variáveis		Valor (Euros)	Valor 2017 (Euros)
			Tempo	Divisão Afeta	Código C. Direto	C. Pessoal	Outros Custos Diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo		
2. 6.	Termos de abertura e encerramento	(Livro)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	81,28 %		5,00	5,03
2. 7.	Termos de entrega de documentos	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	86,89 %		3,50	3,52
2. 8.	Cartões ou outros documentos de identificação	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
2. 9.	Atestados, declarações, confirmações e documentos análogos	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
2. 10.	Elaboração e emissão de outros documentos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
2. 11.	Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:												
2. 11. 1.	Reprodução em DVD-R fornecido pelo Município	(Ato)	15,00	B		2,30	0,56	5,72	8,57	56,37 %		3,74	3,76
2. 11. 2.	Reprodução em CD fornecido pelo Município	(Ato)	15,00	B		2,30	0,34	5,72	8,35	55,22 %		3,74	3,76
2. 11. 3.	Reprodução em suporte digital fornecido pelo adquirente	(Ato)	15,00	B		2,30	—	5,72	8,01	60,06 %		3,20	3,22
3.	Diligência e prestação de serviços administrativos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3. 1.	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	(Unidade)	20,00	B		3,06	—	7,62	10,68	6,39 %		10,00	10,06
3. 2.	Efetivação de registos de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão	(Unidade)	400,00	B		61,21	—	152,44	213,64	41,49 %		125,00	125,71
3. 3.	Efetivação de outros registos não referidos no número anterior	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
3. 4.	Outras diligências administrativas não previstas nos números anteriores	(Unidade)	50,00	B		7,65	—	19,05	26,71	43,83 %		15,00	15,09
3. 5.	Parte variável a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que as diligências ou os serviços a prestar impliquem pesquisa ou buscas em arquivo	(Ano)	29,00	B		4,44	—	11,05	15,49	3,16 %		15,00	15,09
4.	Ocupação e utilização em geral do domínio público:												
4. 1.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m ² /Dia)	—	C	C 06	—	0,01	—	0,01	—		0,0095	0,0096
4. 2.	Ocupação em geral do espaço aéreo	(m/Dia)	—	C	C 07	—	0,00	—	0,00	—		0,0009	0,0009
4. 3.	Ocupação em geral do solo	(m ² /Dia)	—	C	C 02	—	0,05	—	0,05	—		0,0473	0,0476
4. 4.	Ocupação em geral do solo edificado	(m ² /Dia)	—	C	C 01	—	0,14	—	0,14	—		0,1390	0,1398
4. 5.	Ocupação linear em geral do subsolo	(m/Dia)	—	C	C 05	—	0,00	—	0,00	—		0,0014	0,0014
4. 6.	Ocupação em geral do subsolo	(m ² /Dia)	—	C	C 04	—	0,01	—	0,01	—		0,0142	0,0143
4. 7.	Implantação, passagem e atravessamento de redes de comunicações eletrónicas	(%)	—	—	—	—	—	—	—	—		0,25	0,25
5.	Ocupação e utilização do domínio municipal para instalação de dispositivos publicitários	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—	—
5. 1.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário até 2 m ²	(m ² /Dia)	1,00	B		0,15	—	0,38	0,53	—		0,53	0,53
5. 2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário superior a 2 m ²	(m ² /Dia)	1,00	B		0,15	—	0,38	0,53	—		0,53	0,53
5. 3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m/Dia)	1,00	B		0,15	—	0,38	0,53	—		0,53	0,53
5. 4.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m ³ /Dia)	1,00	B		0,15	—	0,38	0,53	—		0,53	0,53
5. 5.	Painel eletrónico de informação e publicidade	(Dia)	15,00	B		2,30	—	5,72	8,01	15,12 %		6,80	6,84
6.	Ocupação e utilização dos cemitérios municipais:												
6. 1.	Inumações em covais	(Ato)	60,00	C		9,18	—	90,45	99,63	49,81 %		50,00	50,29
6. 2.	Inumação em jazigos	(Ato)	85,00	C		13,01	—	128,13	141,14	64,57 %		50,00	50,29
6. 3.	Exumações (incluindo limpeza e transladação)	(Ato)	46,00	C		7,04	—	69,34	76,38	34,54 %		50,00	50,29
6. 4.	Ocupação de gavetões municipais (anual)	(Ano)	56,00	C		8,57	—	84,42	92,99	72,04 %		26,00	26,15
6. 5.	Ocupação de gavetões municipais (a título perpétuo)	(Ato)	840,00	C		128,54	—	1.266,26	1.394,80	78,49 %		300,00	300,00
6. 6.	Concessão perpétua de terrenos	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—	—
6. 6. 1.	Concessão perpétua de terrenos para sepultura	(m ²)	1.810,00	C	C 08	276,96	95,16	2.728,49	3.100,62	67,75 %		1.000,00	1.000,00

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Atos		Custos			Custos Diretos Indiretamente Afetos	Total Custos	Variáveis		Valor (Euros)	Valor 2017 (Euros)
			Tempo	Divisão Afeta	Código C. Direto	C. Pessoal	Outros Custos Diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo		
6. 6. 2.	Concessão perpétua de terrenos para jazigos	(m ²)	7.240,00	C	C 08	1.107,85	95,16	10.913,97	12.116,98			12.116,98	12.186,05
6. 7.	Utilização da capela	(Funeral)	60,00	B		9,18	—	22,87	32,05			32,05	32,23
7.	Ocupação e utilização de vias públicas municipais:	—	—	—	—	—	—	—	—			—	—
7. 1.	Desgaste resultante da exploração de massas minerais	(m ³)	0,50	C	C 02	0,08	—	0,75	0,83	15,69 %		0,70	0,70
7. 2.	Encerramento de vias rodoviárias ao trânsito	(Hora)	60,00	C		9,18	—	90,45	99,63	94,98 %		5,00	5,03
7. 3.	Parques de estacionamento	(lugar/15 m)	15,00	C	C 02	2,30	0,00	22,61	24,91	99,20 %		0,20	0,20
7. 4.	Parquímetros	(lugar /15 m)	15,00	C	C 02	2,30	0,00	22,61	24,91	99,20 %		0,20	0,20
	TITULO II					—	—	—	—			—	—
	Taxas Urbanísticas					—	—	—	—			—	—
	CAPÍTULO I					—	—	—	—			—	—
	Taxas pela apreciação de pedidos					—	—	—	—			—	—
8.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:	—	—	—	—	—	—	—	—			—	—
8. 1.	Operações de loteamento com discussão pública	(Ato)	240,00	C		36,72	—	361,79	398,51	37,27 %		250,00	251,43
8. 2.	Operações de loteamento sem discussão pública	(Ato)	220,00	C		33,66	—	331,64	365,30	39,78 %		220,00	221,25
8. 3.	Obras de edificação	(Ato)	254,00	C		38,87	—	382,89	421,76	78,66 %		90,00	90,51
8. 4.	Obras de demolição	(Ato)	220,00	C		33,66	—	331,64	365,30	75,36 %		90,00	90,51
8. 5.	Obras de urbanização	(Ato)	272,00	C		41,62	—	410,03	451,65	60,15 %		180,00	181,03
8. 6.	Operações de destaque	(Ato)	242,00	C		37,03	—	364,80	401,83	70,14 %		120,00	120,68
8. 7.	Trabalhos de remodelação dos terrenos	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	72,90 %		90,00	90,51
8. 8.	Demolição, escavação e contenção periférica	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	72,90 %		90,00	90,51
8. 9.	Construção da estrutura	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	72,90 %		90,00	90,51
8. 10.	Conclusão de obras inacabadas	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	72,90 %		90,00	90,51
8. 11.	Constituição e alteração de propriedade horizontal	(Ato)	160,00	C		24,48	—	241,19	265,68	77,42 %		60,00	60,34
8. 12.	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	(Ato)	3.000,00	C		459,05	—	4.522,36	4.981,42	29,74 %		3.500,00	3.519,95
8. 13.	Instalações de centrais fotovoltaicas	(Ato)	305,00	C		46,67	—	459,77	506,44	1,27 %		500,00	502,85
8. 14.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	65,00	C		9,95	—	97,98	107,93	100,00 %		—	—
8. 15.	Utilização de edifícios ou das suas frações na sequência de obras não sujeitas a procedimento de controlo prévio	(Ato)	65,00	C		9,95	—	97,98	107,93	16,61 %		90,00	90,51
8. 16.	Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	65,00	C		9,95	—	97,98	107,93	16,61 %		90,00	90,51
8. 17.	Exploração de massas minerais	(Ato)	700,00	C		107,11	—	1.055,22	1.162,33	12,25 %		1.020,00	1.025,81
8. 18.	Alinhamentos de muros e outras edificações confinantes com via pública	(Ato)	70,00	C		10,71	—	105,52	116,23	43,56 %		65,60	65,97
8. 19.	Autorização ou parecer quanto à localização	(Ato)	152,00	C		23,26	—	229,13	252,39	74,25 %		65,00	65,37
8. 20.	Auditoria para classificação de empreendimentos turísticos	(Ato)	152,00	C		23,26	—	229,13	252,39	64,34 %		90,00	90,51
8. 21.	Mera comunicação prévia de estabelecimentos industriais	(Ato)	175,00	C		26,78	—	263,80	290,58	69,03 %		90,00	90,51
8. 22.	Receção provisória e definitiva de obras de urbanização	(Ato)	300,00	C		45,91	—	452,24	498,14	75,91 %		120,00	120,68
8. 23.	Vistorias em geral	(Ato)	300,00	C		45,91	—	452,24	498,14	79,93 %		100,00	100,57
8. 24.	Prorrogações de prazo	(Ato)	60,00	C		9,18	—	90,45	99,63	69,89 %		30,00	30,17
8. 25.	Prestação de caução	(Ato)	200,00	C		30,60	—	301,49	332,09	90,97 %		30,00	30,17
8. 26.	Averbamentos em matéria de urbanização e edificação	(Ato)	110,00	C		16,83	—	165,82	182,65	80,84 %		35,00	35,20
8. 27.	Depósito da ficha técnica de habitação e de declarações prévias	(Ato)	110,00	C		16,83	—	165,82	182,65	86,31 %		25,00	25,14
8. 28.	Termos de abertura e encerramento de livro de obra	(Ato)	24,00	C		3,67	—	36,18	39,85	87,45 %		5,00	5,03

Códigos	Descrição	Unidade de Cálculo	Atos		Custos			Custos Diretos Indiretamente Afetos	Total Custos	Variáveis		Valor (Euros)	Valor 2017 (Euros)
			Tempo	Divisão Afeta	Código C. Direto	C. Pessoal	Outros Custos Diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo		
8. 29.	Ocupação de domínio público por motivo de obras	(Ato)	24,00	C		3,67	—	36,18	39,85	12,17 %		35,00	35,20
8. 30.	Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores em matéria conexas com urbanização e edificação	(Ato)	40,00	C		6,12	—	60,30	66,42	2,14 %		65,00	65,37
8. 31.	Parte variável a acrescer às taxas previstas em 8.1. a 8.3. sempre que a apreciação incida sobre uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo:					—	—	—	—			—	—
8. 31. 1.	Por área bruta de construção afeta a habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m²)	0,25	C		0,04	—	0,38	0,42			0,42	0,42
8. 31. 2.	Por área bruta de construção afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m²)	0,40	C		0,06	—	0,60	0,66			0,66	0,66
8. 31. 3.	Por área bruta de construção afeta a agricultura, indústria e armazenagem prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m²)	0,15	C		0,02	—	0,23	0,25			0,25	0,25
8. 31. 4.	Por área bruta de construção afeta a outro uso não referido nos números anteriores prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução ou ampliação	(m²)	0,32	C		0,05	—	0,48	0,53			0,53	0,53
8. 32.	Parte variável a acrescer às taxas previstas nos números anteriores sempre que a apreciação implique a realização obrigatória de uma vistoria:					—	—	—	—			—	—
8. 32. 1.	Por área bruta vistoriada afeta a habitação vistoriada	(m²)	0,06	C		0,01	—	0,09	0,10			0,10	0,10
8. 32. 2.	Por área bruta vistoriada afeta a comércio, serviços, turismo, restauração e bebidas	(m²)	0,09	C		0,01	—	0,14	0,15			0,15	0,15
8. 32. 3.	Por área bruta vistoriada afeta a agricultura, indústria e armazenamento	(m²)	0,03	C		0,00	—	0,05	0,05			0,05	0,05
8. 32. 4.	Por área bruta vistoriada afeta a outro uso não referido nos números anteriores	(m²)	0,11	C		0,02	—	0,17	0,18			0,18	0,18
CAPÍTULO II													
Taxas pelo deferimento de pedidos													
9.	Emissão e elaboração de documentos administrativos em matéria conexas com urbanização e edificação:					—	—	—	—			—	—
9. 1.	Alvará de ocupação do domínio público por motivo de obras	(Unidade)	150,00	B		22,95	—	57,16	80,12	87,52 %		10,00	10,06
9. 2.	Averbamentos em geral de matéria urbanística	(Unidade)	60,00	C		9,18	—	90,45	99,63	84,94 %		15,00	15,09
9. 3.	Registos, autos, alvarás, certidões e outros documentos análogos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	150,00	B		22,95	—	57,16	80,12	18,87 %		65,00	65,37
10.	Execução de operações urbanísticas:					—	—	—	—			—	—
10. 1.	Realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas	—	—	—		—	—	—	—			Anexo I-A	Anexo I-A
10. 2.	Compensações urbanísticas	—	—	—		—	—	—	—			Anexo I-B	Anexo I-B
10. 3.	Ocupação do domínio público por motivo de obras	—	—	—		—	—	—	—			Anexo I-C	Anexo I-C

(*) Isenção para a promoção do desenvolvimento local

¹ Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, alterada pela Lei n.º 15/2001, de 50 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro.

² Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 132/2015, de 04 de setembro, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

³ Aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro.